



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 2/X-2º/2010-11

- 1 - Aos 16 dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, sitas na Avenida Aliança Povo Movimento das Forças Armadas, em Cacilhas, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Dezembro, com a seguinte agenda:
 - 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
 - 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - 3.2.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2011" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2011";
 - 3.2.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2011" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2011".
- 2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
 - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais: José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.
- 4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:
 - 4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:
 - O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 218/X-2º), (**Conforme ANEXO I**)



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 197/X-2º), (**Conforme ANEXO II**)
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 268/X-2º), (**Conforme ANEXO III**)
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 269/X-2º), (**Conforme ANEXO IV**)
- O Senhor Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 270/X-2º), (**Conforme ANEXO V**)
- O Senhor Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 232/X-2º), (**Conforme ANEXO VI**)
- O Senhor Deputado Municipal Luis Miguel Ferreira Varela Pais, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 206/X-2º), (**Conforme ANEXO VII**)

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Dezembro, do eleito Senhor Bruno Ramos Dias e por impedimento da cidadã Senhora Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira e do cidadão Senhor José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS VIII, IX e X**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Dezembro, da eleita Senhora Maria Luisa Monteiro Ramos e por impedimento da cidadã Senhora Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Senhor Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Senhor Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Senhora Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Senhor Luís António de Matos Vicente, da cidadã Senhora Margarida Santos Serafim e do cidadão Senhor Alain Magalhães Pereira eleito pelo PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Dezembro, do eleito Senhor Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, do cidadão Senhor Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Senhora Luisa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XVIII, XIX, XX, e XXI**).
- O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Dezembro, do eleito Senhor Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXII**).
- O Candidato Senhor José Joaquim Barradas Farinha, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Dezembro, do eleito Senhor João Francisco Ludovico da Costa e por impedimento da cidadã Senhora Licínia Maria Barata Rafael e da cidadã Senhora Antonieta Pereira Vaz, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XXIII, XXIV e XXV**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Dezembro, do eleito Senhor Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XXVI e XXVII**).
- O Candidato Senhor Hugo Miguel Diamantino Vieira da Luz, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 16 de Dezembro, do eleito Senhor Luis Miguel Ferreira Varela Pais, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXVIII**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Laranjeiro, Feijó e Costa da Caparica, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor Brás Marcos Mira Borges, Senhora Anabela de Matos Tavares Raposo e Senhora Patricia Rocha Brighenti, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XXIX, XXX e XXXI**).
- 4.3** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 1559/X-1º ao nº 1831/X-1º, do nº 01/X-2º ao nº 205/X-2º, do Expediente Enviado do nº 633/X-1º ao nº 727/X-1º, e do nº 01/X-2º ao nº 50/X-2º, dos E-mail Enviados e Recebidos, informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 10/X-2º/2010-2011, da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 01/X-2º/2010-2011 (Período de 26 de Setembro a 15 de Dezembro de 2010).
- 4.4** - O Presidente fez notar que se fez alterações à Súmula nº 11/X-2º/2010-11 da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais, realizada no dia 13 de Dezembro p.p., para melhor corresponder ao que foi referido.
- 4.4.1** - Assim o ponto 4.1 da referida súmula é alterado através do aditamento e um novo parágrafo que diz: "----Mais referiu de que o BE vai continuar a apresentar a questão do Orçamento Participativo por acreditar que será possível inscrever verba maior em futuros orçamentos."
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1** - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor João Alexandre Alves dos Ramos.
- 5.1.1** - O Munícipe Exm.º Senhor João Alexandre Alves dos Ramos, residente em Almada:
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
Há vários motivos que me fizeram vir aqui hoje, um deles prende-se com uma comunicação que fiz na altura de Julho, em relação a estacionamento reservados às pessoas de mobilidade reduzida, na nova Avenida Marechal Gomes da Costa da Caparica. Seis meses depois continua a não existir estacionamento reservados para pessoas com mobilidade reduzida. A opção que me deram foi, existem sim estacionamento, mas sim na Zona Norte, ou seja no Terminal de Verão das camionetas ou em alternativa junto ao Posto de GNR.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Quero ter acesso à Farmácia existente nessa Avenida, e vou ter que deixar o carro em linha recta a uns oitocentos metros, e percorrer todas aquelas Ruas e passeios a braço. Continuo à espera dos lugares para pessoas com mobilidade reduzida nessa Avenida, não existem.

Outra situação que eu gostaria que fosse pensada, eu reparo que em Almada, estacionamentos reservados a pessoas portadores de deficiências existem e são solicitados por pessoas residentes nessas Ruas, mas não têm associado a matrícula do carro.

Vamos supor, eu chego à minha Rua e está um carro de um cidadão que tem dístico, é deficiente e é convidado de um vizinho meu, por acaso é o meu vizinho do lado, e até foi convidado a pernoitar. Eu chego do trabalho às sete e meia da noite, onde é que eu vou deixar o carro? Noutros Municípios, existe, em Lisboa lugares reservados a pessoas portadoras de deficiência com a matrícula associada. No Município do Barreiro idem, e por esse Portugal fora também. Porque realmente é muito chato, a única hipótese que eu depois vou ter é de estacionar o carro num sítio qualquer e depois pernoitar dentro dele porque não consigo sair.

Outra questão, eu escrevo muito e as respostas são muito pomposas "o seu e-mail foi recebido e mereceu a nossa melhor atenção, foi remetido para sítio tal..." Na altura, eu tenho uma cadeira eléctrica e estava por Almada e tentei usufruir do Metro, pois eu tentei, mas lá estamos nós a ser dependentes de alguém, as rodas pequeninas da frente ficam entre a composição e a plataforma, tornando-se até perigoso para crianças e para pessoas com mobilidade reduzida que andam apoiadas em canadianas ou em bengala que podem enfiar ali um pé. Há muitas outras coisas e muitos outros pontos que acho que devem ser revistos porque nós apesar de sermos como somos, também somos gente, e acho que devemos ter igualdade em tudo aquilo que fazemos, eu sei que é difícil mas com força e com esforço e com boa vontade de todos acho que podemos conseguir vencer. Eu estou a tentar fazê-lo, neste momento já arranjei um local de trabalho, era só o que me faltava, estou realizadíssimo e foi logo a vir à Assembleia Municipal, tive que ser dependente e tive que pedir ajuda de alguém para ter acesso à Assembleia Municipal.

O meu e-mail está em vários Departamentos da Câmara e sempre que eu detectar alguma coisa eu vou chatear, inclusive o Gabinete da Sr.^a Presidente, que vai sempre com conhecimento que eu faço questão."

5.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o. Senhor Artur Silva de Oliveira, residente em Almada.

5.2.1 - O Munícipe Exm.^o. Senhor Artur Silva de Oliveira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É com um certo sacrifício que venho aqui, mas de qualquer das maneiras cabe-me como cidadão e residente daquela zona, uma vez mais e nunca é demais alertar enquanto é tempo, alertar. Mais uma vez venho aqui chamar atenção em relação nomeadamente à zona de Almada Velha, concretamente em relação aos bares. Até porque estamos numa época de pôr prendas no sapatinho, sugeria à Sr.^a Presidente que seria talvez o melhor presente que podia dar aos residentes da zona de Almada Velha, seria talvez, que a Câmara tem poderes para isso, não digo mandar encerrar os bares, mas alterar o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

funcionamento daqueles bares. Porque as desordens ali nomeadamente no fim-de-semana são em cadeia. E aquilo qualquer dia é capaz de se dar ali uma desgraça grave. E quando as coisas acontecem depois vai toda a gente a correr para ver o que é que se passou. E antes que venha a acontecer uma situação dessas, é bom que a Autarquia realmente veja esta questão previamente, até porque já recebeu vários abaixo-assinados, eu nunca subscrevi nenhum, pelo contrário venho aqui e tenho a frontalidade de dizer as coisas a quem de direito, para que procure corrigir esta situação antes que venha a uma situação grave. A outra questão Sr.^a Presidente tem a ver com o seguinte, estou bem recordado na altura em que foi constituído o Conselho Municipal de Segurança e o que a Sr.^a Presidente disse na altura da tomada de posse. Eu gostava de saber qual é a actividade do Conselho Municipal de Segurança, se realmente vai junto a estas zonas mais críticas, nomeadamente esta, averiguar o que realmente ali se passa, para poder fazer um levantamento em relação ao que se passa, até porque o Conselho Municipal de Segurança também é constituído pelo Comandante da PSP, para que realmente haja uma solução para que esta situação como atrás acabei de dizer, não possa continuar.

A outra questão Sr.^a Presidente, já teve ocasião de falar com alguns autarcas, tem a ver com iluminação do Ginjal. Não sei se é da EDP, da Administração Geral do Porto de Lisboa, se é da Câmara, se é da Freguesia de Cacilhas, se é da Freguesia de Almada. O que é verdade é que é uma zona pedonal e possivelmente há aqui muitos autarcas que têm lá passado, sabem que aquilo está em péssimas condições, não tem um mínimo de iluminação e era bom que realmente esta situação fosse vista.

E para concluir queria chamar atenção do Vereador responsável pela Área do Ambiente, naquele edifício cujo propriedade é da Autarquia e onde vai ser construído o Museu da Música, faça o favor de mandar desratizar aquilo porque os ratos ali é em cadeia, estão concentrados, quatro daqueles contentores grandes, e era bom enquanto é tempo que mandasse fazer desratização daquilo."

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Cumprimentos também aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas e a sua Associação Humanitária que hoje aqui nos acolhe.

Sobre as questões aqui trazidas que agradecemos, gostaria de deixar algumas notas, naturalmente que registamos com toda a atenção a intervenção do nosso Múncipe João Ramos, registamos os seus problemas, as dificuldades que aqui também de uma forma muito clara e muito objectiva também nos fez sentir. É muito diferente quem teve o problema de quem naturalmente o observa e portanto, quem o vive melhor que ninguém tem condições para sensibilizar todos para as suas dificuldades. Muito obrigada por ter vindo, porque veio aqui a esta Sessão da Assembleia para nos ajudar e eu queria agradecer-lhe essa sua contribuição.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Há aqui uma questão que nós vamos ver, portanto é a questão da Avenida Marechal Gomes da Costa, na Caparica. O Vereador Rui Jorge já tomou nota para perceber, havendo um pedido de um cidadão deve ser atendido, é isso que fazemos. De há um tempo a esta parte por força da alteração ao Código de Estradas deixamos de poder colocar a identificação do carro da pessoa que pediu lugar, portanto isso foi alterado de acordo com as últimas alterações ao Código da Estrada, não nos é permitido colocar a identificação do carro, o que se defende é que o lugar será para quem o utilizar, de qualquer maneira, é uma questão que aqui trazida naturalmente merece ser melhor percebida e obviamente se esta informação que temos e que nos é transmitida, se é inultrapassável, se é mesmo assim, se não há volta a dar. Portanto, obrigada porque é uma questão que naturalmente não deixará de ser devidamente apreciada, analisada e no caso de poder ser contornada o fazemos. Queria dizer que nós temos felizmente, temos algumas regras municipais no sentido de reduzir, eliminar progressivamente não só por força da Lei, mas também por Regulamentos Municipais que entretanto fomos elaborando, como é o RUMA - o Regulamento Urbanístico do Município de Almada. A questão das barreiras arquitectónicas, há legislação nacional mas também existe no nosso Município um Regulamento Municipal que contempla soluções e recomendação para os Técnicos que apreciam e que colaboram nos diferentes projectos, para ter em conta, no sentido de termos um Concelho cada vez mais acessível, mas mais do que isso dizer que nós, sabendo que existia um programa nacional chamado Programa RAMPA, nós apresentámos no final do primeiro semestre, foi quando as candidaturas abriram, o concurso abriu, nós apresentámos uma candidatura a esse programa, para elaborarmos para o nosso Concelho um Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade no Concelho de Almada. Este Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade no Concelho de Almada, que entretanto foi aprovada a nossa candidatura, soubemos a semana passada, foi-nos transmitido que a Candidatura tinha sido aprovada, este Plano desde logo na metodologia contempla como normalmente fazemos no nosso Concelho, quer seja para um Plano de Mobilidade, quer seja para um Plano de Ordenamento ou para uma Estratégia Local relativamente a qualquer matéria, contempla uma metodologia de participação, de envolvimento das pessoas, de envolvimento das instituições, instituições ligadas também à problemática das pessoas portadoras de deficiência, mas não só, também as Instituições de Idosos, também as Colectividades, também a população em geral. Portanto, vai ser um Plano que irá contar e desejamos que assim seja e que haja uma grande participação, com a participação das populações mas sobretudo é isso que desejamos, com a participação das pessoas que melhor sentem os problemas e que melhor podem contribuir para que o Plano possa depois corresponder em termos práticos da sua execução às soluções que é necessário ir implementando no Concelho, para que cada vez mais o Concelho seja um Concelho para todos, inclusivo, e é isso que se pretende quando os edifícios, equipamentos são construídos, é necessário que eles tenham acessibilidade a toda a gente.

Eu acho cada vez mais por força da Lei, mas também da sensibilização que os próprios técnicos vão tendo para estas matérias, porque quem faz os projectos são os arquitectos, são os paisagistas, etc., e também tem havido um trabalho naturalmente com todos no sentido de sensibilizar quem faz o projecto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para que acautele a acessibilidade a todos. É uma questão fundamental, começa aí, é fundamental. Dizer que tem sido muito interessante, por exemplo houve uma Escola no nosso Concelho que desenvolveu um projecto, nós temos vários planos de acção Cultural, etc. e houve uma escola que desenvolveu um projecto que tem exactamente a ver com as acessibilidades e pôs em evidência a problemática do acesso a vários edifícios públicos dentro do nosso Concelho. E várias situações que muitas vezes nos passam a nós ao lado, mas que são de facto muito sérias e que dificultam a vida dos cidadãos com dificuldade de locomoção. E houve inclusivamente uma reunião alargada um fórum alargado de técnicos municipais, não só operários que fazem as calçadas, que trabalham no terreno, e que tem a ver com o tratamento do espaço público, mas também os técnicos municipais do urbanismo, arquitectos projectistas, etc. A escola não imaginava que esta "promessa" viesse a ser cumprida porque quando a exposição foi visitada naturalmente que também nos tocou a nós um trabalho extraordinário que não podia ficar só por ali, que era preciso que os jovens que estão a crescer e que se estão a formar depois para a vida activa percebessem também que o seu trabalho estava a ser útil. E portanto iria ser partilhado, percebido também por técnicos municipais. Mas também era importante que eles próprios que estão a desenvolver os seus conhecimentos, percebessem do outro lado também e o porquê de certas coisas e houvesse aqui uma interacção. Portanto, dizer que temos muitos problemas naturalmente para resolver em Almada e no País, é uma questão que tem que estar na ordem do dia, hoje em dia já há muitos projectos aprovados com todas as condições, larguras de portas, casas de banho, etc., no entanto todos sabemos que é legislação muito recente e tem que dar resultados e com o empenho de todos há-de dar. Eu desafio, no melhor sentido do termo para também estar atento, nós vamos pôr também depois na Internet, estar atento a elaboração deste Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade para todos que se vai desenvolvendo no nosso Concelho.

Entretanto as questões do dia-a-dia ficaram aqui registadas e vamos perceber-las, e vai ficar o seu contacto também para depois podermos interagir e perceber melhor as questões.

Relativamente às questões aqui trazidas dos Bares de Almada Velha, é muito acompanhada, desde logo pela nossa Vereadora Amélia Pardal que com regularidade faz reuniões com vários sectores, mas também e nomeadamente com a própria responsável local da Polícia de Segurança Pública. Há uma vigilância que muitas vezes não se percebe, porque nem sempre as pessoas estão fardadas, mas há uma vigilância neste território e portanto há uma atenção permanente, o que não quer dizer que se resolvam os problemas todos que cada um sente. Mas é um território sob vigilância e que merece uma articulação periódica entre as entidades.

Em relação ao Cais do Ginjal, põem as lâmpadas, partem-se as lâmpadas, põem-se as lâmpadas, partem-se as lâmpadas. Isto é o jogo do gato e do rato, e temos que continuar a pôr as lâmpadas e não desistir de o fazer. No entanto, este território num dia há-de ter uma solução definitiva, é para isso que se está a trabalhar e desejamos que dentro de alguns anos, claro, que o problema da luz é todos os dias, mas também é importante percebermos que se está a trabalhar para que aquele território dentro de alguns anos possa começar a reverter-se, e está-se a trabalhar para isso com um Plano de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pormenor, com o grande proprietário hoje daquela área, de modo a que haja outras condições, outra frequência do sítio, outra apropriação do sítio em termos de habitação, de turismo, de outras actividades nomeadamente também as indústrias criativas e outras actividades. Até lá pôr a lâmpada, parte-se a lâmpada e parte-se a lâmpada, mas pôr a lâmpada sempre."

5.4 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Francisca Parreira (apresentando Saudação ao Conselho de Administração dos SMAS); João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação sobre o «Orçamento de Estado para 2011»); José Augusto Oliveira (apresentando Moção/Deliberação «Contra a Extinção do Transporte Público Fluvial na Trafaria»); Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre «Alteração do PROT-AML e suas implicações no Concelho de Almada - Freguesia da Trafaria»); Sérgio Taipas (apresentando Moção/Deliberação sobre o «Corte de apoio à Companhia de Teatro de Almada pelo Ministério da Cultura»); Hélder Viegas (apresentando Moção/Deliberação de «Saudação à Greve Geral»); Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação sobre «Loja do Cidadão - Urgente Concretizar»); Ana Isabel Moura (apresentando Moção/Deliberação sobre «Solidariedade e Combate à Pobreza»); Aníbal Teixeira (apresentando Recomendação sobre «Mais acessibilidades, mais direitos para as pessoas com deficiência»); Manuel Batista (apresentando Moção/Deliberação «Melhoria dos Resultados dos Alunos no PISA 2009»); Ana Margarida Lourenço (apresentando voto de congratulação sobre «Prémio Nobel da Paz 2010: Liu Xiaobo, Opositor do Regime Chinês»); Luis Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação «Contra a Violência Doméstica»); Manuel Maria Braga (apresentando Moção/Saudação «Teatro Municipal de Almada»); Henrique Pires (apresentando Moção/Deliberação em «Defesa Centro de Saúde da Costa da Caparica»); Francisco Guerreiro (apresentando Moção/Deliberação «Por uma Loja do Cidadão em Almada»); António Pedro Maco (apresentando Moção/Deliberação sobre «Em nome dos Almadenses - Dar Lugar à História») e Fernando Pena (apresentando Moção de Homenagem «À Memória de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa» e Moção/Deliberação sobre «Travar o desperdício alimentar»); João Geraldes, Miguel Salvado, José Joaquim Leitão, Sérgio Taipas (também apresentando propostas de alteração à parte deliberativa da Moção do PS sobre os "Resultados dos Alunos no Programa PISA 2009), Fernando Pena, Luis Filipe Pereira, Manuel Maria Braga, Ana Salvado, Ana Isabel Moura e Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Francisca Parreira (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

Saudação Aos serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Desde 1998 que o Município de Almada e as Juntas da Freguesia do Concelho vêm colaborando no desempenho de algumas tarefas cometidas aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almada, no âmbito do Atendimento ao Público, com inegáveis reflexos na melhoria dos serviços de proximidade e de qualidade prestados aos utentes e respectivas Populações.

Tal colaboração real assente numa necessidade de melhoria do serviço público, mas não formalizada, haveria de ser objecto de negociações em 1995 e em 1996 adoptar-se-ia um modelo de acordo de colaboração paritária que reflectiu a prática institucional até aos nossos dias.

Reconhecendo a importância da colaboração que vem sendo mantida desde os anos noventa entre todas as Autarquias do Concelho de Almada e que o modelo adoptado então, se revelou desadequado aos novos tempos, não só porque assente numa prática contabilística e administrativa desajustada como não cumprindo as necessidades de modernização administrativa.

Reconhecendo a necessidade de elevar os níveis de eficiência, qualidade do serviço e de atenção aos utilizadores.

Reconhecendo a bondade dos apelos das Juntas da Freguesia relativamente à necessidade de reformulação do anterior acordo.

Ouidas as Juntas da Freguesia do Concelho, o actual Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada apresentou proposta de novo protocolo de cooperação que resultou, após negociações, na sua assinatura no transacto dia 10 de Novembro de 2010.

Nestes termos, na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Almada de 16 de Dezembro de 2010: As Juntas da Freguesia do Concelho de Almada, (de Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda, Costa da Caparica, Charneca da Caparica, Trafaria) e a Assembleia Municipal, enaltecem e saúdam o esforço e a decisão tomada pelo actual Conselho de Administração dos SMAS.

Juntas de Freguesia proclamam reforçar a sua disponibilidade na implementação dos termos do acordo e de uma forte relação de cooperação."

6.1.2 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011

Considerando que daqui a escassos 15 dias entra em vigor, e começa por isso a ser aplicado, aquele que é seguramente para a grande maioria dos portugueses e das portuguesas, o mais gravoso Orçamento de Estado que da Democracia Portuguesa alguma vez conheceu nestes 36 anos de Liberdade que vivemos desde o 25 de Abril de 1974.

Considerando que este é um Orçamento de Estado que penalizará cruamente aqueles que sentem já maiores dificuldades para garantir a mínima dignidade às suas vidas e às vidas das suas famílias no quotidiano, aqueles que sentem maiores dificuldades para garantir um, ainda que mínimo, nível de bem estar e conforto.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que o Orçamento de Estado para 2011 aprovado pelo PS e PSD, representa um verdadeiro roubo aos trabalhadores portugueses, um violentíssimo ataque à sua qualidade de vida, cria ainda maiores dificuldades a quem vive do seu trabalho e contribui, de forma objectiva e muito clara, para acentuar dramaticamente as desigualdades e as injustiças sociais.

Cortando nos salários dos trabalhadores e congelando as pensões e as reformas;

Cortando a oito no abono de família, na acção social escolar, no subsídio de desemprego e em geral em todas as prestações sociais;

Transferindo o custo dos medicamentos para os utentes; Aumentando os preços e reduzindo drasticamente o investimento público;

Cortando fortemente o investimento nas áreas sociais – 984 milhões de euros na segurança social, 884 milhões de euros na educação, 370 milhões de euros no ensino superior e 600 milhões de euros na saúde.

Considerando que este Orçamento de Estado, ao contrário do que nos querem fazer acreditar os diferentes membros do Governo, em particular o 1º Ministro, é afinal um Orçamento que promove o agravamento da crise, promove o alargamento do fosso entre os que muito têm e os que (quase) nada possuem, promove o agravamento das imensas dificuldades em que, já hoje, milhares e milhares de famílias portuguesas (sobre)vivem.

Considerando que em contrapartida ao agravamento das condições de vida para a esmagadora maioria do Povo e dos Trabalhadores, ao viabilizarem este Orçamento de Estado PS e PSD não hesitaram em manter absolutamente inalteradas as regras que asseguram os lucros – imensos e insultuosos – dos grandes grupos económicos e financeiros.

Recusando a aplicação de uma taxa de 25% de IRC para a banca e para os grupos económicos com mais de 50 milhões de euros de lucro – corresponderia a uma receita de 700 milhões de euros;

Recusando a aplicação de uma taxa de 0,2% sobre as transacções em bolsa – corresponderia a uma receita de 260 milhões de euros;

Recusando a aplicação de uma taxa de 20% sobre as transferências para paraísos fiscais – corresponderia a uma receita de 1.500 milhões de euros.

Considerando que este é um Orçamento que traduz, uma vez mais, os efeitos profundamente nefastos para a grande maioria do Povo e dos Trabalhadores portugueses das políticas, prosseguidas ao longo das últimas três décadas por todos os Governos, que conduziram ao desmantelamento, à destruição sistemática, do aparelho produtivo nacional, e colocaram Portugal numa posição de subserviência absoluta e cega aos interesses do grande capital financeiro internacional.

Considerando que enquanto era aprovado na Assembleia da República por uma “maioria envergonhada” do Partido Socialista, este Orçamento de Estado era veementemente chumbado no País real pela imensa maioria dos trabalhadores e trabalhadoras portuguesas, que afirmam claramente a sua rejeição pelas medidas decididas e impostas pelo PS e pelo PSD, defendendo, ao contrário, uma política que aposte no reforço do aparelho produtivo nacional, que crie emprego com direitos, que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

promova uma justa e equitativa distribuição da riqueza nacional, que valorize os salários, as pensões e as reformas, que garanta o reforço do investimento público e a defesa dos serviços públicos e direitos sociais na educação, na saúde e na segurança social.

Considerando que o Orçamento de Estado aprovado assume igualmente contornos dramáticos, mas principalmente graves e injustos, no que às finanças locais diz respeito, reiterando o incumprimento da Lei das Finanças Locais, que vem sendo prática permanente do Governo desde a aprovação e entrada em vigor da Lei nº 2/2007.

Considerando que, segundo dados da Associação Nacional de Municípios Portugueses, entre 2007 e 2009 o Governo da República reteve 570 milhões de euros a que os Municípios tinham direito, que com a aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) em 2010 o Governo da República retirou mais 100 milhões de euros aos Municípios, e que com a aprovação do Orçamento de Estado para 2011, o Governo da República reduz a participação dos Municípios nos Impostos do Estado em mais 244 milhões de euros, o que significa que, apenas em 2010, as receitas das autarquias locais sofrerão um corte de 344 milhões de euros.

Considerando que a estes montantes teremos que acrescentar as verbas devidas ao nível das transferências de competências para os Municípios nas áreas da Educação – mais de 76 milhões de euros de dívidas referentes aos anos de 2009 e 2010 –, e Protecção Civil – mais de 200 milhões de euros de dívidas.

Considerando que somadas todas estas reduções, o Governo da República deixou de transferir para as Autarquias Locais verbas que rondam os 1.190 milhões de euros!

Considerando que esta é uma situação tanto mais injusta quanto os Municípios – como os Trabalhadores da Administração Pública ou as Instituições Particulares de Solidariedade Social – não são responsáveis pela crise instalada, bem pelo contrário, têm contribuído activamente para a contenção dos efeitos desta crise.

Considerando que a ANMP reafirma que *“novos cortes nas receitas municipais não significarão o combate ao défice, como de resto a prática provou, mas apenas a manutenção de uma política de entrave ao desenvolvimento económico das regiões, num momento crítico, em que mais do que nunca, se deve privilegiar o investimento local, a educação das novas gerações e a criação de sinergias entre regiões para diminuição das suas assimetrias”*.

Considerando que para o nosso Concelho de Almada, e considerando apenas as transferências não concretizadas em 2010 em função do PEC, e as que não se realizarão em 2011 em função do Orçamento de Estado aprovado, esta atitude ilegítima do Governo da República representa uma redução de quase 2,37 milhões de euros nas receitas municipais provenientes do Orçamento de Estado, aos quais acrescem, de forma que diríamos quase vergonhosa, a dívida do Ministério da Cultura ao Município de Almada, resultantes da não execução do Protocolo de Colaboração para a construção do Teatro Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que são igualmente ignorados investimentos considerados desde há longo tempo como imprescindíveis e de grande prioridade para a melhoria das condições e qualidade de vida das populações do Concelho de Almada, que o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central – vulgarmente conhecido como PIDDAC – pura e simplesmente não contempla, prejudicando uma vez mais as populações do nosso Concelho.

Na área da saúde, na área do ensino, na área do apoio social, na área da mobilidade, na área do apoio ao associativismo e noutras áreas

Considerando que todos estes factos, não fosse a gestão de excelência e de rigor que tem sido assegurada no Município de Almada ao longo das três últimas décadas, colocariam seguramente o nosso Concelho numa situação muito difícil do ponto de vista do necessário equilíbrio financeiro, como acontece hoje em perto de uma centena de Municípios Portugueses.

Considerando que para além das reduções drásticas do rendimento dos trabalhadores e das famílias, da redução generalizada das participações sociais e do aumento dos impostos que afectarão milhões de portugueses, o Orçamento de Estado para 2011 prevê, igualmente, uma redução drástica e também generalizada nos apoios do Estado às Instituições Particulares de Solidariedade Social, que irá colocar fortemente em causa a continuidade do apoio social prestado por estas instituições a uma camada cada vez mais ampla da população portuguesa, e em muitos casos colocará mesmo em causa a própria sobrevivência das instituições.

Considerando que esta redução do apoio do Estado à meritória intervenção social que as IPSS representam no País irá significar um aprofundamento ainda maior da pobreza, atirando muitos milhares de portugueses e portuguesas para uma situação em que lhes restará absolutamente nada para poderem sobreviver em condições minimamente dignas.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária no dia 16 de Dezembro de 2010, delibera:

1. Expressar a veemente rejeição das medidas fortemente gravosas para a qualidade de vida da grande maioria dos portugueses e das portuguesas que o Orçamento de Estado para 2011 consagra na versão recentemente aprovada na Assembleia da República pelo Partido Socialista e viabilizada pelo Partido Social Democrata.
2. Reiterar que existem soluções distintas e alternativas à política de amplas restrições impostas pelo Orçamento de Estado para 2011 aos portugueses, capazes de salvaguardar a qualidade de vida dos portugueses em geral e responsabilizando pela solução da crise quem, de facto, por ela é responsável.
3. Face às gravíssimas consequências que se antevêm com a aplicação das medidas preconizadas no Orçamento de Estado para 2011 para muitos e muitos milhares de cidadãos e cidadãs do nosso País e do nosso Concelho, expressar a total solidariedade:

Aos Trabalhadores em geral e aos Trabalhadores da Administração Pública, mais afectados pelas medidas adoptadas pelo Governo, em particular; aos Municípios portugueses; às Instituições



Particulares de Solidariedade Social, profundamente e injustamente penalizados pelas opções políticas do Governo em matéria orçamental para 2011."

6.1.3 - O Sr. Deputado Municipal José Augusto Oliveira (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Contra a Extinção do Transporte Público Fluvial na Trafaria

O Orçamento do Estado para 2011, do Governo do PS apoiado pelo PSD, inscreve medidas que conduzirão a um agravamento da situação económica do País e a um empobrecimento dos Trabalhadores e da esmagadora maioria dos Portugueses.

É conhecida a orientação do Governo para as Empresas do Sector Empresarial do Estado ao qual o grupo Transtejo pertence, em que é imposta uma redução de 15% nos custos globais das Empresas. Perante tal orientação, a Administração da Transtejo em reunião com as Organizações Representativas dos Trabalhadores considerou tal objectivo inatingível sem uma significativa e acentuada redução da oferta, ou seja, um ataque sério ao serviço público prestado às Populações.

Neste quadro e como medidas de aplicação a muito curto prazo, anunciaram a pretensão entre outras, de propor à tutela a extinção da carreira fluvial da Trafaria. Aliás, são bem elucidativas as declarações sobre esta matéria, proferidas recentemente pelo Secretário de Estado dos Transportes.

Perante tal cenário, a Assembleia Municipal saúda a determinação das ORTs. do grupo Transtejo, quando deliberaram não se resignar aos fatalismos e decidiram encetar contactos com diversas entidades, entre as quais a Comissão de Utentes, visando travar tais pretensões. Relembrem as Organizações Representativas dos Trabalhadores e a Comissão de Utentes que na década de 80, idêntico cenário surgira no Concelho do Seixal, em que a pretensão era extinguir a respectiva carreira fluvial a pretexto da crise de então.

Resultando da acção conjunta e concertada das Organizações Representativas dos Trabalhadores com a Comissão de Utentes e Eleitos das Autarquias do Seixal, envolvendo as populações, conseguiram travar essa intenção. E assim foram possíveis as decisões de investimento público nas infraestruturas do novo Terminal Rodo / Fluvial bem como a renovação da frota de Navios, motivando assim o crescimento e a reconhecida melhoria da qualidade do transporte fluvial para os níveis hoje conhecidos. Em 2009 com mais de 1 milhão e oitocentos mil utentes, com tendência crescente.

A linha da Trafaria, que contou com mais de 830 mil utentes no mesmo ano, não pode acabar.

O Governo vai condenar a Trafaria ao isolamento e ao desterro, já que também no plano do transporte público Rodoviário, os TST não cumprem as necessidades das Populações desta Freguesia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 16 de Dezembro de 2010, delibera:

1. Reafirmar a importância que o Transporte Público Fluvial representa para as Populações do Concelho de Almada e da Trafaria em particular, na medida em que, mais de 14 milhões de utentes ano utilizam este meio de transporte público a partir dos três Terminais existentes no concelho, num contexto de mobilidade intra e inter margens, do desenvolvimento económico e da qualidade de vida.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. Manifestar o seu repúdio a qualquer tentativa de extinção de tal serviço público de transporte.
3. Apelar ao Governo, no sentido de providenciar a modernização e o desenvolvimento com a criação de novas linhas de transporte fluvial no âmbito do passe social, incrementando a ligação - intra e inter margens com a intermodalidade aos Terminais, rodo - ferro – fluviais do Cais do Sodré, Terreiro do Paço e Cacilhas, equacionando ainda no mesmo âmbito a ligação ao Parque das Nações e o respectivo interface à linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa.
4. Exigir do Governo que potencie o desenvolvimento e o investimento público concretizando os estudos e projectos para a construção do terminal Rodo - Fluvial da Trafaria."

6.1.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Sobre a Alteração do PROT-AML e suas implicações no Concelho de Almada - Freguesia da Trafaria

Considerando que por aviso publicado no Diário da República se encontra aberto o período de discussão pública da Alteração ao Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, que abrange também a Península de Setúbal, em que o Município de Almada se integra.

Considerando que os Planos Regionais definem o quadro estratégico em que se desenvolvem os planos municipais de ordenamento do território, fica o Município de Almada obrigado às directrizes estabelecidas pelo Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

Considerando que no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML de 2002), ainda em vigor, a Trafaria está integrada numa área classificada como "Área Urbana a Estruturar e Ordenar" e "Área Turística a Estruturar e Qualificar", cujas normas específicas não contemplam qualquer expansão de actividades portuárias para esta zona, nem tão pouco qualquer ferrovia para circulação de mercadorias.

Considerando que com base nestas directrizes do PROT-AML de 2002, bem como nas directrizes do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado e do Plano Director Municipal de Almada, que definem o eixo Trafaria/Costa da Caparica como de vocação predominantemente turística, foi elaborado pelo Município de Almada o Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria com os seus 22 projectos âncora, estando ainda em fase de elaboração cinco planos de pormenor.

Considerando que os 22 projectos âncora do município para o desenvolvimento qualificado da Trafaria, consensualizados com os cidadãos e as instituições e entidades locais, se identificam com a singularidade da Freguesia, fixam actividades, potenciam a excelência do lugar, reforçam o objectivo metropolitano da Grande Cidade das duas margens que o Tejo aproxima. Neste âmbito são de destacar os projectos de "Reabilitação do Núcleo Histórico", do "Porto de Recreio", do "Novo Porto de Pesca", da "Recuperação da Frente de Praias", da "Recuperação do Forte/Presídio" do "Parque Temático", da "Criação de Área de Paisagem Protegida", do "Pólo Científico e Tecnológico", do "Novo Terminal Rodofluvial", a "Ampliação da Rede do MST Costa-Trafaria".



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que no âmbito da alteração em curso ao PROT-AML, nas diferentes fases até à discussão pública, não foram consideradas adequadamente as propostas do Município, mantendo-se inscrita a "Reserva de terrenos e de espaços canais para aproveitamento da Trafaria como alternativa ao Porto de Lisboa", a "Construção do ramal ferroviário de mercadorias de ligação à rede nacional e plataforma logística do Poceirão" e a "Consagração da 4ª Travessia do Tejo no corredor Algés-Trafaria no Modo Exclusivamente Rodoviário integrado na rede rodoviária".

Considerando que estas opções assumem e consagram as intenções da Administração do Porto de Lisboa de construir um Terminal de Contentores na Trafaria com uma área de 630.000 m² e de intensificar o uso do Terminal de Granéis da Silopor para movimentar cinco vezes mais toneladas, passando dos 1,2 para os 6 milhões de toneladas ano.

Considerando que a existência da já referida área portuária na Trafaria contraria estratégias de desenvolvimento do Plano Regional em vigor, consagrados em instrumentos de planeamento municipais, e conflitua com valores ambientais e paisagísticos.

Considerando também, e no mesmo sentido, que uma ligação ao Poceirão em comboio pesado de mercadorias prejudica gravemente a Trafaria.

Considerando ainda que as Opções Estratégicas de Desenvolvimento, vertidas no Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria elaborado pelo Município, foram acompanhadas, definidas e consensualizadas por uma Comissão Local de Acompanhamento em que participaram activamente as Assembleias e Juntas de Freguesia da Trafaria, Costa da Caparica e Caparica, a Câmara e a Assembleia Municipal, a Associação de Bombeiros Voluntários, o Clube de Futebol da Trafaria, a Sociedade Musical Trafariense, a Associação de Apoio ao Desenvolvimento da Trafaria, o Centro de Saúde, o Agrupamento de Escolas, o Centro Infantil da Trafaria, a AIPICA, a Paróquia, o Sindicato dos Pescadores, as Associações de Moradores da Cova do Vapor e 2º Torrão, o Grupo Desportivo dos Pescadores do 2º Torrão, a Lota da Trafaria, a Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas, o Sporting Clube da Corvina, os Recreios Desportivos da Trafaria, e a Comissão de Utentes de Saúde, são penalizadas devastadoramente pela opção de implantação de mais infra-estruturas portuárias.

Considerando também que a população da Trafaria e a sua comunidade piscatória têm sido particularmente fustigadas com a laboração da Silopor, situação referenciada na fundamentação Técnica do PROT-AML de 2002, ainda em vigor, ao mencionarem, e bem, a "descaracterização paisagística, como aconteceu com a desastrada localização dos silos na Trafaria".

Considerando também:

- As anteriores deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal sobre o desenvolvimento da Trafaria, designadamente, as deliberações de 20 de Novembro de 2006, de 17 de Setembro e 19 de Dezembro de 2009, publicitadas respectivamente através dos Editais N.ºs 06/IX-2º/2006, 102/IX-4º/2009 e 32/X-1º/2009-10.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Os contributos e posições assumidas pelo Município de Almada no âmbito da participação na Comissão Consultiva da Alteração do PROT-AML, e da reunião de concertação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- O ofício de 17 de Maio p.p. a SE o Secretário de Estado dos Transportes solicitando uma audiência com carácter de urgência sobre a "Reserva Territorial na Trafaria para o Porto de Contentores", subscrito pelos Presidentes das Juntas de Freguesia da Trafaria e Costa da Caparica, da Assembleia e Câmara Municipal.
- O ofício da Câmara Municipal à CCDRLVT propondo a realização, no âmbito da discussão pública, de uma sessão pública no Concelho de Almada, na Freguesia da Trafaria.

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, do artigo 53º, nº 1, alínea o) alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas, designadamente, pelos Decretos-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, e nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, e do Aviso nº 23372/2010 do Ministério do Ambiente - CCDRLVT publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 221, de 15 de Novembro de 2010, a Assembleia Municipal de Almada no âmbito da "Discussão Pública da Alteração ao Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)" e relativamente às implicações na Freguesia da Trafaria, Concelho de Almada, pronuncia-se deliberando:

- 1 - Reafirmar que as Opções de Desenvolvimento da Trafaria definidas e consensualizadas a nível local, passam pela requalificação urbana e a valorização ambiental da Freguesia, que diversifique e qualifique os núcleos habitacionais, incentive actividades geradoras de emprego, e de elevado potencial económico, designadamente turismo, pesca, recreio e lazer, aproveitando de forma sustentável as áreas de elevado valor patrimonial em termos de recursos naturais e paisagísticos.
- 2 - Reiterar a posição assumida pelos Órgãos do Município e das Freguesias, assim como das Instituições, Entidades e Organizações Locais, de rejeição da construção de um Terminal Portuário de Contentores e de aumento da capacidade da Silopor, por penalizar o desenvolvimento que se deseja harmonioso da Freguesia da Trafaria.
- 3 - Propor à CCDRLVT/Ministério do Ambiente e ao Governo, precisando absolutamente que do Projecto de Alteração do PROT-AML:
 - A - Seja eliminada a directriz de "Reserva de terrenos e de espaços canais para o aproveitamento da Trafaria como alternativa ao Porto de Lisboa".
 - B - Seja eliminada a possibilidade de expansão do designado Terminal da Trafaria e consequentemente eliminado também o "Ramal Ferroviário de ligação à rede nacional e plataforma logística do Poceirão".
 - C - Seja substituído o projecto da "4ª travessia do Tejo no Corredor Algés -Trafaria com solução exclusivamente rodoviária" por um projecto de "4ª Travessia do Tejo - reserva de espaço canal para eventual construção de uma nova travessia entre as duas margens do Tejo".



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 4 - Reforçar a proposta de que se realize no Concelho de Almada/Freguesia da Trafaria uma Sessão Pública de Discussão da Alteração do PROT-AML
- 5 - Exortar os Cidadãos, Instituições, Entidades e Organizações Locais a participarem activamente na "Discussão Pública da Alteração ao PROT-AML" e a apresentarem as suas opiniões e sugestões à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (www.ccdr-lvt.pt)."

6.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Sobre o corte de apoio à Companhia de Teatro de Almada pelo Ministério da Cultura

A Companhia de Teatro de Almada sofreu um corte brutal de cento e cinquenta mil euros no apoio a atribuir pelo Governo em 2011.

Trata-se de uma redução de 23%, imposta a todas as companhias em regime de subsídio quadrienal (2009/2012) em função de mérito aferido em concurso público e que agora se vêem desrespeitadas por esta inopinada decisão do Ministério da Cultura, a pretexto da actual crise.

Sabemos todos que a questão é bem mais funda: nem os sacrifícios são exigidos igualmente a todos, nem os cortes são de agora. De 2000 a 2010, o peso da cultura no orçamento do Estado diminuiu de 0,7% para 0,3%. Este corte, afectando as companhias independentes que consideram o teatro como arte e serviço público, agrava significativamente as condições do seu funcionamento.

A atitude que se encontra na base deste desinvestimento é o entendimento da criação artística, em particular a teatral, como uma elaboração de produtos de consumo, cuja sobrevivência depende do sucesso financeiro da sua transacção comercial, ao invés de a considerar uma actividade estruturante e constitutiva da própria humanidade e expressão e condição do progresso civilizacional.

Assim, não se identifica subvenção com investimento na cultura de um Povo e dever do Estado de devolver aos cidadãos em termos de serviço público o que deles recebe em impostos, antes se confunde com esmola, como se essas companhias de teatro não estivessem elas próprias a substituir ou complementar o Estado na prestação desse mesmo serviço público, constitucionalmente consagrado como direito dos cidadãos e óbvia necessidade de desenvolvimento do País.

A percentagem insignificante do valor total destes cortes no orçamento do Estado torna ainda mais evidente que para o País, esteja ou não em crise, são muito mais as perdas do que os ganhos, mesmo numa visão meramente economicista da questão, bastando para isso entender o papel da arte e da cultura no desenvolvimento das sociedades e na emancipação dos povos.

Mas, de facto, os decisores ignoram ou desvalorizam em absoluto as condições específicas da criação e produção da arte do teatro e os seus modos de organização e funcionamento, incompatíveis com reducionismos a modelos empresariais que visam o lucro, dele fazendo depender a qualidade do seu trabalho ou mesmo a sua sobrevivência.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As consequências destes cortes, a manterem-se, poderão ser devastadoras para a manutenção da actividade da Companhia de Teatro de Almada, ao nível da elevada qualidade da sua criação artística e produção teatral e na própria quantidade da produção. Afectarão igualmente a programação do Teatro Municipal, o mercado de trabalho no sector – agravando desemprego e precariedade de vínculos contratuais – e o acesso à fruição de bens culturais por largas camadas da população cada vez mais tocadas pela quebra do poder de compra ou mesmo pelo empobrecimento.

A Companhia de Teatro de Almada tem justificado prestígio nacional e internacional, conquistado por décadas de trabalho de grande qualidade artística, de formação em permanência de profissionais de teatro, de atracção constante de público e sua formação (viabilizada também pela política social de preços, exigida pela sua acessibilidade a todos) e também pelo envolvimento e dedicação exemplares de muitos colaboradores.

O Festival de Teatro de Almada colhe os benefícios de tudo isto e estas competências e saberes explicam as teias de relações, contactos e parcerias que possibilitam uma programação de prestígio nacional e internacional, ombreando com festivais congéneres que beneficiam de orçamentos incomparavelmente mais elevados.

Almada é um Município da Educação e da Cultura, em cujo desenvolvimento a Câmara Municipal desempenha um papel determinante, quer pela construção de infra-estruturas e seu funcionamento, quer pelo investimento e subvenção a múltiplos intervenientes locais, quer pela sua intervenção directa de apoio e mobilização de actividades, inserindo inequivocamente a educação e a cultura numa perspectiva de desenvolvimento humanista e integrado. O Teatro sempre teve aí lugar central.

Estes cortes ao investimento no Teatro coexistem com um orçamento do Estado fortemente penalizador das autarquias e lesivo do seu poder de intervenção, colocando sérias apreensões quanto ao futuro. Acrescente-se que o contrato programa assinado com o Governo para a construção do Teatro Municipal de Almada acordava o financiamento de um milhão de euros pelo Ministério da Cultura, até hoje não honrado, encontrando-se a situação em tribunal com vista à cobrança judicial da dívida.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 16 de Dezembro de 2010, delibera:

1. Reiterar público apreço pela acção desenvolvida pela Companhia de Teatro de Almada e afirmar a necessidade de condições que viabilizem a continuidade das suas criação e produção teatrais, aos níveis que hoje fazem dela uma referência do teatro e da cultura nacionais e projectam o nome do município e do país a nível internacional.
2. Protestar com indignação contra a política cultural que determinou o corte de cento e cinquenta mil euros na subvenção para 2011 e considerar que é necessária e urgente a sua reposição a níveis de compatibilidade com o dever de investimento do Estado na arte teatral e com os compromissos firmados pelo próprio Governo.
3. Exigir, nos planos político e ético, que o Ministério da Cultura pague o que deve á Câmara Municipal de Almada, de acordo com o que assinou no contrato programa de financiamento da construção do Teatro Municipal."



6.1.6 - O Sr. Deputado Municipal Helder Viegas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

Saudação á Greve Geral

No dia 24 de Novembro, mais de três milhões de trabalhadores portugueses fizeram ouvir a sua voz participando na Greve Geral realizada nesse dia – uma das mais importantes jornadas de luta realizada em Portugal desde o 25 de Abril, que constituiu uma poderosa resposta à brutal ofensiva do Governo PS e do PSD, e de todos aqueles, como é o caso do Presidente da República, que têm patrocinado o rumo de desastre nacional imposto ao País.

A Assembleia Municipal de Almada saúda todos estes trabalhadores, em especial os milhares de jovens que, pela primeira vez, participaram numa jornada de luta desta envergadura, elemento de incontornável valor político que se projecta como uma importante garantia para o futuro.

Também no Concelho de Almada se registou uma fortíssima adesão à Greve Geral. A maioria dos serviços públicos esteve encerrada, com especial destaque para os serviços da Câmara Municipal e dos SMAS, com mais de 98% de adesão; para a totalidade das escolas sem funcionar; e para o Hospital Garcia de Orta, onde se registou uma adesão na ordem dos 80%.

Registou-se também uma fortíssima adesão nos transportes com a paralisação total da Transtejo, 80% nos TST e cerca de 50% no MTS, naquela que foi a primeira greve em que os seus trabalhadores participaram.

Outras locais que importa destacar foi a adesão de 90% no Arsenal do Alfeite, Tribunal de Almada – 80%, Mecânica Piedense – 68%, ECALMA 97%, Aipica – 100%, Alma Alentejana - 100%, CURPIC – 100% e uma adesão histórica no Jumbo de Almada com 35% no período da manhã e 50% no da tarde. A Assembleia Municipal de Almada saúda a CGTP-IN que convocou a greve e todo o movimento sindical e as estruturas representativas dos trabalhadores pela sua acção e capacidade de organização demonstradas. A CGTP-IN confirma-se e afirma-se como a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, referência incontornável para a defesa dos interesses dos trabalhadores e para o futuro do país.

A Assembleia Municipal de Almada esteve e está com a luta dos trabalhadores porque a sua luta é a luta por um país de progresso, de justiça social, por um Portugal soberano e independente.

Esta Greve Geral não foi um ponto de chegada, mas uma etapa numa exigente e prolongada luta que a situação nacional exige. Depois da realização desta Greve Geral, nada ficará como dantes.

O Governo, o Presidente da República e os partidos que sustentam a política de direita e o grande capital, tiveram nesta jornada de luta uma clara condenação, um sério aviso e uma firme exigência de ruptura com a política que promovem.

A Greve Geral constituiu uma poderosa manifestação dos trabalhadores e do Povo português da sua disponibilidade para impedirem o prosseguimento da actual política, para serem parte determinante da ruptura e mudança de que o país precisa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

.A Assembleia Municipal de Almada está com a luta dos trabalhadores, porque está comprometida com a exigência de aumento dos salários, de desenvolvimento do aparelho produtivo, de aposta no investimento e nos serviços públicos. A Assembleia Municipal de Almada está com a luta dos trabalhadores porque a sua luta é a luta por um país de progresso, de justiça social, por um Portugal soberano e independente."

6.1.7 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO

Loja do Cidadão – Urgente Concretizar

Eleitos e eleitores, munícipes e fregueses – cidadãos, vivemos hoje os complexos desafios do exercício da vida em comunidade, embebidos da consciência de uma crise económica que trespassou a componente financeira e atinge os valores sociológicos, estruturantes da sociedade.

Procuram-se restaurar os mais simples laços de solidariedade, estendendo convictamente a mão ao próximo, acrescentam-se e multiplicam-se os escassos e limitados recursos.

Procuram-se meios inovadores que gerem simplicidade de processos, optimização de meios, racionalização de tempo.

Também neste contexto, a Loja do Cidadão visa comungar desta vontade em aproximar, facilitar o acesso às ferramentas de cidadania, oferecer mais tempo às pessoas para a gestão dos fundamentais da vida moderna.

Sobejamente reafirmado nesta Assembleia, Almada não pode ficar de fora do Acesso à concentração de serviços necessários à plena cidadania.

Em tempo, e reconhecidamente, a Câmara Municipal encetou os necessários procedimentos de modo a criar as eventuais localizações à Loja do Cidadão da nova geração.

Uma ou mais de uma dezena de ofícios depois, segundo nos é dado a conhecer, estamos de novo no ponto quase de partida, i.e., depois de uma falsa partida onde infelizmente não se reuniram as condições para a solução do Centro Comercial M. Bica.

Ultrapassada definitivamente esta que foi durante longos meses a primeira prioridade, partimos para uma nova grelha, com a sugestão "Edifício EDP".

Partilhámos, e votámos, que esta solução no Centro da Cidade, num edifício devoluto, privado, poderia ser aquela que de imediato serviria os interesses dos cidadãos da cidade e concelho.

No entanto, não nos podemos alhear do facto que o edifício em causa, e as vontades legais associadas à sua utilização passam por uma entidade de direito privado sobre a qual o Município ou o Estado muito pouco ou nada podem obrigar a vincular.

Sim, é verdade, o estado é accionista da EDP, mas será que pragmaticamente acreditamos que a participação deste accionista influenciará qualquer decisão imediatista de gestão do seu património?

A Moção que aqui vos trazemos é uma moção de realismo, antes que mais dois anos se passem em troca de ofícios, requerimentos, cartas ou pedidos de reunião, certamente de elementar justiça,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

reclamando a revitalização urbanística de um espaço único, mas que infelizmente antevemos de difícil concretização.

A Moção que aqui vos trazemos, não é de derrotismo, é de realismo.

Imaginando, à luz do passado recente, que o próximo passo será a avaliação do edifício pelos serviços técnicos competentes, será que não encontramos facilmente obstáculos inultrapassáveis, como os que levaram à rejeição do espaço anterior?

Não se colocarão questões de estacionamento, ou falta dele na zona?

A Moção que aqui vos trazemos tem o objectivo que é o de criar, desde já, alternativas à alternativa, trabalhando sobre o espaço urbano, com os requisitos de partida da “Agência de Modernização Administrativa”, visando uma Via Verde que efectivamente viabilize rapidamente uma Loja do Cidadão de nova geração em Almada.

No final do dia, os cidadãos de Almada, o que têm hoje é coisa nenhuma, e continuarão a pagar portagem sempre que quiserem fazer uso de uma ferramenta de cidadania como a referida.

Assim, na sequência do acima exposto, a Assembleia Municipal de Almada vem por este meio propor ao executivo camarário:

1. Considere objectivamente como prioritário para 2011 a abertura de uma Loja do Cidadão em Almada;
2. Continue e aumente os seus esforços no sentido de oferecer/viabilizar uma localização que reúna os requisitos técnicos, agora claramente conhecidos;
3. Em virtude dos claros benefícios para a requalificação do comércio local, da qualidade de vida que este equipamento directamente proporciona, e dos custos evitados pelos Municípios de Almada, que se necessário, a Câmara Municipal afecte uma verba do seu Orçamento de Investimento à oferta de uma solução rápida, sem pôr em causa as necessárias responsabilidades do Governo Central;
4. Quer a verba acima descrita, se não considerada no orçamento para 2011, seja objecto, se necessário, de Orçamento rectificativo;
5. Que poderá contar com o apoio desta Assembleia na demonstração da necessidade premente deste equipamento, na verdadeira proporção da procura pró-activa e realista do executivo de uma solução de curto prazo."

6.1.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Isabel Moura (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO

SOLIDARIEDADE E COMBATE À POBREZA – UM CONTRIBUTO PARA A COESÃO SOCIAL

Num tempo de verdadeira emergência social, o princípio da subsidiariedade perde o seu sentido, porque verdadeiramente todos os agentes, públicos e privados, são poucos para ajudar no combate, que numa sociedade que deve ser construída na base da dignidade humana, não pode definitivamente pactuar e que é a pobreza e a exclusão social.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Aliás, é inspirado no princípio da solidariedade, que a União Europeia faz de 2010 o Ano Europeu do Combate à Pobreza e exclusão social.

Os números são deveras alarmantes: cerca de dois milhões de portugueses a viver abaixo do limiar da pobreza isto é, 1/5 de portugueses vive com menos de 360,00 Euros por mês, o valor médio do rendimento nacional.

Portugal está entre os dez países da União Europeia com maior risco de pobreza, com uma taxa de 19%, superior à média europeia de 16%.

Em todo o mundo morrem diariamente mais de 50 mil pessoas de pobreza extrema.

Os maiores centros de pobreza estão concentrados nas zonas urbanas, onde as pessoas dependem a maior parte dos seus salários para viverem.

Num país onde o número de desempregados continua a crescer, o futuro não se apresenta tão esperançoso como seria de desejar.

O aumento do desemprego e a pobreza no distrito de Setúbal com a maior perda do poder de compra dos últimos 15 anos para um elevado número de famílias, leva a uma procura crescente de apoio a instituições, não conseguindo as mesmas dar resposta a todos que pedem auxílio.

É um combate sem fim, com um crescente incontrolável de situações que ultrapassam a nossa capacidade de resposta.

Com as novas medidas orçamentais, 2011 não será o ano da solução, mas sim do aumento previsível e descontrolado de pobreza e de fome.

Como autarcas, temos mais que o dever, a responsabilidade de ajudar a minimizar esta situação, trabalhando em conjunto com a sociedade civil, para encontrar respostas adequadas e rápidas de modo a podermos colaborar na criação de medidas em que os mais necessitados possam ter respostas para os seus problemas.

Mas a ambição no plano das nossas responsabilidades autárquicas deve ser, evidentemente, maior.

Por isso, desafiamos a própria autarquia a continuar a persistir este papel solidário, ajudando na implementação de novos projectos que respondam a esta emergência social

Os anos que se avizinham não se afiguram mais prósperos – todos os indicadores o indicam – pelo que é fundamental desbloquear meios para o auxílio de quem mais precisa, ajudando a por de pé medidas face às crescentes e reais necessidades das pessoas em terem as coisas mais básicas – como roupa, comida.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 16 de Dezembro de 2010, recomenda à Câmara Municipal que continue, e se possível, incremente o apoio que a esta causa vem dedicando."

6.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Aníbal Teixeira (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Recomendação

Mais acessibilidades, mais direitos para as pessoas com deficiência em Almada



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Foi aprovado no passado dia 2 de Dezembro, um dia antes do Dia Internacional das pessoas com deficiência, uma Estratégia Nacional para a Deficiência para vigorar entre 2011 e 2013. Essa estratégia de cariz transversal a todos os ministérios e serviços da administração pública central pretende tornar público aquilo que se espera investir nos próximos três anos em matéria de políticas a favor da integração e dos direitos das pessoas com deficiência a nível nacional.

Contudo o âmbito nacional das políticas não é, como todos sabem, a esfera exclusiva de acção para o desenvolvimento de políticas para a deficiência. A nível local, muitas autarquias do país têm vindo a afirmar as suas responsabilidades nesta matéria, nomeadamente com o crescimento e a visibilidade que a matéria das acessibilidades físicas, e ambientais têm vindo a ganhar como indicador de qualidade e sustentabilidade dos nossos territórios.

Alguns desses avanços e das implicações reais nos últimos anos devem-se a uma maior consciência dos agentes públicos e privados sobre as vantagens que existem quando se investe no conceito de acessibilidade para todos. Não sendo apenas as pessoas com deficiências motoras a beneficiar destas políticas e destes investimentos. Para se perceber o alcance da universalidade deste tipo de propostas basta pensar no acelerado e profundo processo de envelhecimento da nossa sociedade.

Atendendo aos princípios consagrados na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência ratificada em Portugal em Julho de 2009, nomeadamente, os seus artigos 5º – Igualdade e não Discriminação; 19º – Direito a viver de forma independente e a ser incluído na comunidade; 21º Liberdade de expressão e opinião e acesso à informação, e 29º Participação na vida política e pública; Considerando a demais legislação de âmbito nacional, nomeadamente a Lei de Bases da Deficiência; a Lei que pune e proíbe a discriminação das pessoas com deficiência e doenças crónicas; o DL 163/2006 que define o regime da acessibilidade, as normas sobre a acessibilidade na Internet de acordo com o consorcio W3C, e o financiamento público ao nível do Programa Operacional Potencial Humano com tipologias de intervenção especificamente dedicadas a esta área de planeamento e dirigidas às autarquias:

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 16 de Dezembro de 2010, recomenda à Câmara Municipal de Almada:

- 1) Que seja adoptada, em complemento à estratégia de âmbito nacional, um documento estratégica para o município de onde resulte um conjunto de compromissos para os próximos anos e que estes possam ser auscultados junto da sociedade civil conferindo-lhes assim uma maior legitimidade e sustentabilidade na sua implementação;
- 2) que sejam criadas normas regulamentares para a acessibilidade no RMUE;
- 3) que seja criado um conselho consultivo de mobilidade para todos, onde possam, por exemplo, estar representadas as empresas de transportes (TST, MST, TRANSTEJO) e as principais organizações representativas da deficiência no concelho de Almada;
- 4) que seja criada a figura do promotor municipal dos direitos das pessoas com deficiência;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 5) que seja criado um serviço integrado nos serviços regulares da Câmara municipal dedicado a informar os munícipes sobre os direitos, as medidas de apoio e os serviços responsáveis e a mediar situações junto de outros serviços públicos, uma vez que esta população apresenta défices elevados de acesso à informação;
- 6) que sejam criadas passadeiras acessíveis com marcação de contraste de textura e cromática;
- 7) que o site da Câmara Municipal passe a ter condições de acessibilidade de acordo com as directrizes do W3C (World Wide Web Consortium) para a acessibilidade de conteúdos da Web."

6.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Baptista (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção:

Melhoria dos Resultados dos Alunos Portugueses no Programa PISA 2009

Tendo sido recentemente divulgados os resultados do programa PISA (*Programme for International Student Assessment*) relativos aos testes realizados em 2009 verifica-se que os alunos portugueses verificaram grandes progressos em relação a 2006 (data da avaliação anterior):

- Na comparação com todos os países da OCDE, Portugal é o 4º país que mais progrediu em Leitura e Matemática e o 2º país que mais progrediu em Ciências;
- Este progresso resultou da diminuição de alunos com desempenhos negativos e também do aumento da percentagem de alunos com desempenhos médios a excelentes;
- Com estes resultados Portugal, ao contrário do que até agora sucedia, situa-se na média dos países da OCDE ultrapassando em todos os domínios países como a Itália ou a Espanha e, na leitura, outros como a França, Alemanha ou o Reino Unido;
- Este relatório considera que Portugal é o 6º país cujo sistema educativo melhor compensa as assimetrias socioeconómicas;
- Nestes testes cujo processo de constituição da amostra foi integralmente conduzido pela OCDE participaram 6298 alunos escolhidos aleatoriamente em 212 escolas.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 16 de Dezembro de 2010:

- Congratula-se com esta importante melhoria de resultados;
- Saúda todos os intervenientes do processo educativo que tornaram tais progressos possíveis."

6.1.11 - A Sr.^a Ana Margarida Lourenço (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PRÉMIO NOBEL DA PAZ 2010: LIU XIAOBO, Opositor do Regime Chinês

A escolha de Liu Xiaobo, defensor dos direitos humanos e opositor ao regime chinês, para receber o Prémio Nobel da Paz retoma uma importante tradição da academia sueca: distinguir aqueles que, muitas vezes com risco da sua própria liberdade, integridade física e vida, lutam contra regimes ditatoriais, totalitários e opressores. Esta opção chama a atenção internacional para a situação nesses países e dá visibilidade à coragem dos que se batem contra ela.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O regime chinês junta, reconhecidamente, o pior de dois mundos. É um regime com total ausência de liberdade de expressão e de acesso à informação, e em que o pluralismo político e mediático são inexistentes. Um regime que reprime pesadamente, e recorrendo a todos os meios, quaisquer movimentos ou pressões para a mudança, bem como legítimas aspirações de abertura por parte dos cidadãos. Um regime cuja obsessão pela engenharia social e pelo experimentalismo megalómano condenaram à deportação, à fome e à morte, ao longo de décadas, milhões de pessoas, incluindo crianças. Um regime em que a justiça não é mais do que um braço discricionário de um Estado colonizado por um Partido Único, num país que encabeça, ano após ano, as listas de violação dos direitos humanos à escala global e a aplicação da pena de morte.

Mas a China é, hoje, também a face mais visível de um capitalismo selvático, de um tipo particular, ferreamente guiado e apoiado pelos aparelhos repressivos do Estado. Um capitalismo sem quaisquer direitos, de salários de miséria, em que os direitos sociais não existem e os trabalhadores são explorados e reprimidos e não podem sequer organizar-se para fazer valer os seus interesses. É um capitalismo de Estado e para o Estado sem qualquer respeito por normas de transparência e de lealdade concorrencial no plano internacional. Ou, sequer, por padrões ambientais e ecológicos básicos. É um capitalismo autoritário em que o dumping social, ambiental e cambial fornece as bases mais fundas de um crescimento económico de duplo dígito num país em que quase um bilião de pessoas vive em situação de profunda pobreza.

Censurado e pouco conhecido dentro da China, Liu Xiaobo não tem feito mais do que, por meios sempre pacíficos (através de textos, livros, intervenções e entrevistas), denunciar o regime chinês e defender a mudança e maior abertura. Somente por tentar exprimir as suas opiniões, foi encarcerado por diversos períodos ao longo dos anos e acusado de conspiração, subversão e traição, e encontra-se actualmente a cumprir pena de prisão de longa duração.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 16 de Dezembro de 2010, delibera:

1. Aprovar um solidário Voto de Congratulação pela atribuição do Nobel da Paz a Liu Xiaobo;
2. Enviar este Voto aos grupos parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao Primeiro-Ministro, ao Presidente da República, à Embaixada da República Popular da China em Lisboa, à Amnistia Internacional – Portugal e à Associação Amizade Intercâmbio Cultural Portugal-China (AAICPC). "

6.1.12 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O número de mulheres assassinadas por violência doméstica e de género, voltou a aumentar em relação ao ano anterior, conforme dados (provisórios) do Observatório de Mulheres Assassinadas, da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em 2009, foram assassinadas 29 mulheres e em 2010, ainda com dados provisórios, o número aumentou para 39. Também as tentativas de homicídio subiram para 37, tendo sido 28 no ano anterior. Referir que, para além das 39 mulheres vítimas mortais até agora registadas, foram também assassinadas mais 11 pessoas (vítimas associadas) em sequência deste tipo de crime, perfazendo um total de 50 pessoas.

A idade das vítimas onde, no ano da 2010, aconteceram mais homicídios, foi no intervalo dos 36-50 anos, correspondendo a 36%.. Segue-se o grupo etário com idade entre os 24 e os 35 anos, 31% e a faixa etária entre os 18 e os 23 anos com 25%.

Comparando os diversos anos desde 2004, podemos observar que o grupo etário mais vitimado pelo homicídio por violência de género tem oscilado. Nos anos de 2004 e 2005 as mulheres mais velhas foram as mais atingidas, já em 2006 e 2007 são o grupo das mulheres com idades compreendidas entre os 36 e os 50 anos. Em 2008 o número de mulheres na faixa etária entre os 24 e os 35 anos, sobe significativamente. Em 2010, embora os dados sejam ainda parciais, a tendência dos anos de 2006 e 2007 regressa com as mulheres entre os 36 e os 50 anos a serem, mais uma vez, o grupo das mais atingidas.

Quanto aos distritos, este ano, destacam-se negativamente Lisboa (8) e Setúbal (8), seguidos de Faro, Madeira e Porto, com 4 cada.

Uma importante conclusão a retirar dos dados do Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, relativamente ao homicídio e tentativas de homicídio de mulheres por violência de género é que, apesar de todos os avanços da legislação portuguesa, este tipo de crime não está a diminuir e demonstram a ineficácia no combate a situações extremadas de violência doméstica.

As instituições responsáveis não podem ficar indiferentes perante tal situação e os cidadãos em geral têm que contribuir para mudar o rumo dos acontecimentos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 16 de Dezembro de 2010, delibera:

- 1 - Condenar todas as formas de violência doméstica, sexual e de género.
- 2- Reclamar das entidades responsáveis a adopção de medidas mais eficazes de prevenção da segurança e protecção das vítimas tendo em consideração que na maioria dos homicídios, existiam antecedentes relativamente ao crime de violência doméstica."

6.1.13 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

SAUDAÇÃO AO TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

No passado dia 11 de Dezembro, centenas de pessoas saíram à rua numa atitude solidária com o Teatro Municipal de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Foi a primeira acção pública de protesto contra os cortes previstos no Orçamento do Estado para o próximo ano; mas o Teatro de Almada não foi o único visado, foram todas as companhias de Teatro do País. São cortes na ordem dos 23% nas subvenções às companhias de Teatro.

É um País a ficar mais pobre nos vários sentidos da palavra!

Estes cortes, segundo Joaquim Benite, “representam apenas 0,0016% do orçamento do Estado e podem ser fatais para companhias e actores”.

O Dr. Manuel Maria Carrilho, ex-ministro da cultura, numa mensagem de apoio afirma: “isto não tem nada a ver com a crise. (...) Deve-se à ignorância e à pesporrência que tem tomado o lugar do respeito” e acrescenta que se está a tocar o ponto mais baixo e degradante desde o 25 de Abril.

A actividade do Teatro Municipal de Almada para o ano 2011 está seriamente afectada. A anulação de 150 mil euros da subvenção que tinha sido acordada previamente vai ter reflexos gravíssimos com consequências para os trabalhadores do espectáculo. São projectos que ficam pelo caminho e o impedimento de contratação de actores e técnicos.

Estes cortes financeiros, na prática, funcionam como censura e são redutores das liberdades criativas.

Este sector tem estado sob a mira de sucessivos governos que ao desinvestirem nestas saídas, desistem de contribuir para o desenvolvimento Cultural e Artístico cujo papel podia ser relevante no crescimento da nossa economia e na afirmação do nosso País na cena Internacional.

O Festival Internacional faz bem a prova da referência em que se tornou o Teatro Municipal de Almada e do seu contributo significativo para afirmar Portugal no estrangeiro.

A Assembleia Municipal de Almada reunida a 16 de Dezembro de 2010 delibera:

- 1- Protestar contra os cortes nas subvenções às Companhias de Teatro do País.
- 2- Saudar o Teatro Municipal de Almada pela excelência do seu trabalho e pela sua capacidade de reagir e lutar contra a aplicação cega de um Orçamento que também é anti-cultura.
- 3- Exortar os Almadenses a apoiar a sua Companhia de Teatro, porque: NEM SÓ DE PÃO VIVE O HOMEM!"

6.1.14 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Pires (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Em Defesa do Centro de Saúde da Costa da Caparica

De acordo com a SECUSA (Secretariado das Comissões de Utentes de Saúde do Concelho de Almada), o Centro de Saúde da Costa de Caparica corre o risco de ser encerrado, devido à falta de médicos. Há muito tempo que muitos dos habitantes desta cidade já não tinham direito ao seu médico de família, mas este ano a situação agravou-se com a aposentação de quatro médicos.

O eventual encerramento deste Centro afectará gravemente o acesso da população aos cuidados de saúde, irá congestionar ainda mais as urgências do Hospital Garcia de Orta, até porque os restantes Centros do Concelho de Almada se encontram igualmente saturados de utentes sem médico de família.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No actual contexto de crise económica, em que se verifica um agravamento das condições de vida das populações e o governo se prepara, mais uma vez, através de cortes orçamentais, para pôr em causa o Serviço Nacional de Saúde, consideramos imprescindível a manutenção de uma rede de prestação de cuidados de saúde.

Devido à importância para a comunidade do serviço prestado pelo Centro de Saúde da Costa de Caparica, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 16 de Dezembro de 2010 delibera:

1. Exigir das autoridades competentes a garantia de que este centro não será encerrado.
2. Exigir o preenchimento dos lugares deixados vagos pelos médicos aposentados e garantir que todo o utente tenha acesso ao seu médico de família.
3. Envidar todos os esforços para iniciar a construção de um novo Centro no terreno doado pela CMA para o efeito, na medida em que o actual edifício é já insuficiente para responder às necessidades da População."

6.1.15 - O Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Por uma Loja do Cidadão no Concelho de Almada

A Assembleia Municipal de Almada tem vindo a manifestar-se pela importância da defesa e modernização dos serviços da Administração Pública, com mais qualidade, mais eficiência e mais próximos das populações, propósito em que ganham natural destaque e evidência as potencialidades e vantagens da instalação de uma Loja do Cidadão no Concelho de Almada.

Este objectivo vem motivando deliberações desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, com iniciativas, contactos e propostas concretas, sucessivamente apresentadas junto do Governo desde 2003. O Município de Almada tem assim vindo a apresentar junto do Governo uma disponibilidade plena para, em parceria, contribuir para a sua viabilização, disponibilidade essa que nunca foi interrompida nem retirada.

Após reunião realizada em Março deste ano com o Encarregado de Missão da "Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração", a Câmara Municipal desenvolveu as diligências solicitadas pela Estrutura de Missão com vista ao apuramento das características físicas das instalações do Centro Comercial M. Bica – apontado pelo Município de Almada como hipótese prioritária para instalar a Loja do Cidadão. Logo no dia 19 desse mês a Câmara informou a Estrutura de Missão sobre as características dessas instalações.

Ainda nesse mês de Março, no dia 31, a Estrutura de Missão oficiou a Câmara Municipal de Almada, afirmando que «... após recepção das plantas com cortes do espaço proposto "Centro Comercial M. Bica", procedemos à análise técnica, tendo verificado que não é viável instalar a Loja do Cidadão neste espaço por não permitir cumprir a legislação em vigor ao nível do pé-direito» - excluindo assim a possibilidade de se adoptar aquela solução.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A 29 de Abril, na Segunda Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Abril de 2010 da Assembleia Municipal de Almada, a Assembleia aprovou duas Moções/Deliberações sobre esta matéria: uma deliberando reclamar junto da Agência para a Modernização Administrativa para que fosse reavaliada esta situação de modo a obter informação, sobre qual o plano real das intenções de trazer a Loja do Cidadão para Almada; e outra no sentido de se pronunciar pela máxima importância e necessidade, a manter-se inviável a opção "Centro Comercial M Bica", de serem criadas as condições com vista à utilização do edifício actualmente devoluto, propriedade da EDP/Energia de Portugal, sito na Rua Bernardo Francisco da Costa, como opção alternativa para a localização da Loja do Cidadão no Concelho de Almada, recorrendo o Governo se necessário ao direito que lhe dá ser proprietário de cerca de 30% do capital social da EDP;

Ora, tendo a citada Agência sido novamente contactada pelo Município de Almada com vista à reavaliação das instalações do Centro Comercial M Bica, comunicou em Novembro último à Câmara Municipal de Almada, que «o parecer técnico da Unidade de Desenvolvimento, Obras e Manutenção, elaborado na sequência da visita efectuada ao local, nos obriga a concluir pela sua não viabilidade para instalação de uma Loja do Cidadão».

Nesse ofício da Agência são mencionadas «limitações insuperáveis para o fim equacionado como o pé direito ou a ausência de janelas para o exterior» e outras que «só poderiam ser ultrapassadas com uma intervenção profunda e demasiado onerosa».

Tal como foi sublinhado pela Assembleia Municipal de Almada, tem vindo a ser identificada uma possível opção alternativa para a localização da Loja do Cidadão, com a hipótese de utilização do edifício devoluto, com mais de 5000 m², propriedade da EDP/Energia de Portugal, sito na Rua Bernardo Francisco da Costa – colocando-se a possibilidade da instalação da Loja do Cidadão assumido como “espaço âncora” da futura e plena utilização daquele edifício;

Sendo a EDP uma sociedade participada pelo Estado Português – que é aliás accionista de referência da empresa – reafirma-se: esta instituição pode e deve assumir um papel que não seja o de manter serviços encerrados e prédios devolutos no centro de uma cidade. A solução a dar para aquelas instalações pode e deve passar por um entendimento com a referida empresa que, mais do que a obtenção de mais-valias imobiliárias, tenha em conta o desenvolvimento local e a qualidade de vida das populações.

Assim, face à reafirmação pela Agência para a Modernização Administrativa da «não viabilidade para instalação de uma Loja do Cidadão» no Centro Comercial M Bica, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária no dia 17 de Dezembro de 2010, delibera:

1. Reiterar a importância e necessidade de serem criadas as condições com vista à utilização do edifício actualmente devoluto, propriedade da EDP/Energia de Portugal, sito na Rua Bernardo Francisco da Costa, como opção alternativa para a localização da Loja do Cidadão no Concelho de Almada, recorrendo o Governo se necessário à condição do Estado Português, de accionista de referência da EDP;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. Confirmar uma vez mais a plena disponibilidade do Município de Almada para prosseguir a intervenção em defesa da instalação de uma Loja do Cidadão, reafirmando um permanente, real e duradouro espírito de cooperação para a concretização deste projecto no nosso Concelho."

6.1.16 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção

Em nome dos Almadenses - Dar lugar à História

É de todo o conhecimento público que a cidade de Almada tem fortes raízes e uma história de vivência do seu povo bastante acentuada e marcada de forma muito interessante e peculiar.

É certo também, que essa mesma história é resultado de um povo resistente, de um povo que não vira as costas à luta, de um povo que não se resigna com o fatalismo da própria história e sobretudo de um povo que não se acomoda com o poder instituído. Assim foi, assim será.

O que se pretende com esta Moção não é reescrever a História nem tão pouco escamoteá-la, mas sim dar-lhe o seu devido valor e reconhecimento tendo em conta os modernos dias de hoje, e onde possamos quer homenagear quer em jeito de justiça e reconhecimento lembrar aquele e os outros homens que com a sua luta e empenho dedicaram o seu trabalho ao bem-estar das populações.

Rejeitamos - sem esquecer e compreendendo - enaltecer o contexto belicista há época, como não prendemos fazer juízos de valor nem o julgamento dos dois lados da barricada.

O seu intuito será antes reconhecer a importância dos que cá estavam e dos que se vieram a fixar como a sua importância na construção do concelho deixando até aos dias de hoje a missão de em harmonia construir um futuro mais próspero.

Decorria então o ano de 1190 quando D. Sancho I reconhecia e concedia o primeiro foral aos habitantes de Almada. Estava assim reconhecido aos Almadenses o direito de disciplinar as relações entre si, o direito ao povoamento e sua identificação, entre outros direitos e garantias e também deveres.

Figura incontornável para Almada e para os Almadenses, D. Sancho I é estudado na história local, é apresentado em livros, brochuras, boletins informativos e turísticos entre outros, como o fundador da cidade de Almada, e à semelhança do que vem acontecendo com outras figuras de relevo histórico quer sejam elas contemporâneas ou dos tempos modernos deverão ver realçado o seu valor quer histórico quer patrimonial independentemente do seu credo, cor político-partidária, raça, género, etnia ou outra qualquer sensibilidade.

A História de Almada é dos Almadenses, e que assim continue a ser.

Desta forma, e com a finalidade de enaltecer esse mesmo valor histórico e patrimonial de Almada, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 16 de Dezembro de 2010 delibera:

- Reforçar o valor inequívoco que a figura de D. Sancho I segundo Rei de Portugal, tem para com Almada e aproveitando o contexto da requalificação da chamada Almada-Velha, fomentar mais o turismo e todo o interesse histórico da cidade e do concelho, designar o mais conhecido espaço envolvente do castelo/forte de Almada, *Jardim do Castelo* para oficialmente, Jardim D. Sancho I



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Solicitar à Câmara Municipal de Almada, aproveitando e tendo em conta o Plano para 2011 da CMA no Eixo 4 no ponto 4.15 - "*Prosseguir com os incentivos de carácter empresarial, à criação e produção artística e cultural dos jovens, através de vários dispositivos municipais*", o 4.16 - "*Prosseguir com incentivos à intervenção cívica e criativa em projectos de natureza social e artística*" e no Eixo 5 no ponto 5.6 - "*Prosseguir o estímulo à concretização de projectos para o desenvolvimento no âmbito da cultura e criatividade tendo em conta o apoio à criação e produção artística e cultural*", a abertura de um concurso entre as escolas, associações recreativas e artísticas, paróquias, as faculdades e as IPSS's do concelho para a criação de um monumento a D.Sancho I ou alusivo ao tema que será colocado no mesmo jardim, resultando desse mesmo concurso um prémio a definir previamente concedido pela autarquia à entidade vencedora poupando nos altos custos que normalmente são gastos ao encomendar estes tipos de trabalhos fomentado ao mesmo tempo a participação e criação artística das várias entidades do concelho."

6.1.17 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO DE HOMENAGEM

À Memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa

Considerando que:

Fez no passado dia 4 de Dezembro 30 anos que faleceram Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa em circunstâncias trágicas e nunca completamente esclarecidas;

Foram dois dos políticos mais marcantes do século XX português e cuja acção política deixou marcas profundas na sociedade portuguesa;

Ambos deram importantes contributos para a criação de um Portugal moderno e democrático cujo objectivo era a construção de um estado democrático integrado na Europa;

Não obstante a morte precoce de ambos, envolta em mistério e polémica, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa continuam a ser uma das grandes referências nacionais como políticos sérios e responsáveis que se empenharam activamente na construção de um país desenvolvido e democrático;

A crescente desresponsabilização política das actuais elites e a presente crise de valores a que temos vindo a assistir nos últimos tempos nos leva a que façamos uma profunda reflexão sobre o rumo que o país está a levar;

Actualmente grassa em Portugal um profundo pessimismo sobre o futuro do país face às graves contradições e desigualdades com que presentemente se debate a sociedade portuguesa em geral;

A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático e que o momento actual é de profunda desmotivação e desinteresse pelo debate político;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A profunda crise económica, social e de autoconfiança que assola o país agravada pela actual crise de valores e de referências obriga a uma profunda reflexão colectiva sobre o perfil que os nossos políticos devem ter no destino do nosso país e da cidade de Almada;

Actualmente o país precisa de políticos íntegros e sérios com fortes convicções e defensores dos valores da justiça e da solidariedade, homens esses como o foram em vida Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa cujo exemplo é e será sempre de lembrar.

O Grupo Municipal do CDS-PP, propõem que a Assembleia Municipal de Almada, na sua reunião de 16 de Dezembro de 2010, delibere:

- Prestar homenagem a Francisco Sá Carneiro e a Adelino Amaro da Costa no 30º Aniversário da sua morte com um minuto de silêncio;

Moção

É Obrigatório travar o Desperdício Alimentar

Os tempos que o País vive são de crise generalizada. O aumento das despesas e encargos financeiros, a diminuição dos salários e o aumento do custo de vida têm dificultado, cada vez mais, a vida dos Portugueses. Assiste-se hoje a um crescimento exponencial da pobreza, muita dela escondida, mostrando a realidade daqueles que são já denominados como os “novos pobres”.

Esta crise afecta as famílias portuguesas com menor poder de compra levando, conseqüentemente, a um acesso mais dificultado a bens de primeira necessidade. Infelizmente, esta realidade tende a agravar-se.

Toneladas de alimentos e refeições provenientes de serviços de *catering* são, diariamente, colocadas no lixo incluindo os desperdícios alimentares dos restaurantes e das refeições confeccionadas nos supermercados.

Pretende-se com esta Moção reduzir o desperdício de alimentos da restauração e cantinas, através do aproveitamento das sobras, de modo a serem distribuídas pelos mais necessitados à semelhança do que tem vindo a ser implementado noutros concelhos.

Esta iniciativa já conta com o apoio da ARESP, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da ASAE, na criação de programas de âmbito local que sejam executado pelas autarquias para encontrar soluções contra o “desperdício alimentar”.

Também na Assembleia da República, todas as forças políticas reconheceram o admirável e exemplar exercício de cidadania relativamente à implementação destas medidas correndo mesmo já uma petição em favor das mesma.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almada, atenta aos problemas da Cidade, não pode ficar alheada da sua obrigação de propor ao Município medidas que ajudem as famílias Almadenses a superar os actuais e futuros tempos difíceis.

Apelamos à Câmara que, enquanto órgão executivo, estabeleça as “pontes” necessárias para o alargamento desta iniciativa a várias instituições, sejam privadas ou públicas, de modo a que possamos chegar, efectivamente, a todas as famílias desprotegidas da Cidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estamos perante uma realidade e uma necessidade séria à qual não podemos ficar indiferentes. É necessário agir e rapidamente. O Município deve apresentar medidas concretas que facilitem iniciativas como esta, vindas da sociedade civil, que ajudam as famílias mais carenciadas da cidade de Almada. É obrigação de todos, principalmente daqueles que têm responsabilidades políticas, travar este “obsceno” desperdício alimentar.

O País e a cidade de Almada não podem esperar.

Estamos certos de que várias empresas, através do mecenato e da responsabilidade social, as IPSS, as escolas, as Universidades, as Paróquias e o voluntariado vão ajudar ao desenvolvimento de programas contra o desperdício alimentar.

Assim, porque a Assembleia Municipal de Almada, não pode ficar indiferente à defesa dos mais necessitados e ao aumento exponencial da fome e pobreza em Almada, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal que seja parceiro activo neste combate ao desperdício alimentar:

1. Promovendo o encontro urgente de Juntas de Freguesia, IPSS, Paróquias, Escolas, Universidades, ARESP, Associações e Bancos de Voluntariado entre outros, não excluindo empresas privadas, no sentido da concertação de esforços no combate ao desperdício alimentar e à criação de sinergias destinadas à criação associativa ou empresarial de programas locais de combate ao desperdício alimentar;
2. Disponibilizando o conhecimento das necessidades sociais e alimentares das famílias carenciadas da Cidade de que dispõe, em articulação com as Juntas de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Paróquias, a todos os parceiros desses programas de combate ao desperdício alimentar;
3. Auxiliando, quer nas condições estruturais quer na procura dos meios, locais e equipamentos, os parceiros desses programas, contribuindo para que estas refeições possam chegar perto de quem necessita, em estreita colaboração com as entidades competentes, em particular com a ASAE."

6.1.18 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente para dizer que só não erra quem não faz e o texto que a CDU apresentou sobre o Orçamento de Estado para 2011 na minha voz, tem um lapso que importa corrigir em nome da verdade e a CDU irá fazer a entrega do texto corrigido na Mesa, mas desde já dizer que é eliminada a referência às dívidas do Ministério da Educação que já não deve ao Município de Almada nenhuma quantia relativa aos Pavilhões, e portanto deixar registada esta alteração que foi feita no texto que eu apresentei."

6.1.19 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Tendo em conta as Moções apresentadas, em relação à dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, concordamos totalmente, vamos votar a favor, subscrevemos na sua totalidade esta Moção, não poderíamos estar mais de acordo, obviamente.

Em relação à Moção/Deliberação do OE para 2011, obviamente vamos votar contra, porque são feitos alguns considerandos em relação não só ao nosso Partido como à própria situação que todos nós conhecemos da própria negociação e a forma como foi negociado e porque é que aconteceu a própria abstenção do Partido Social Democrata, e obviamente que há aqui afirmações que são feitas que não são correctas e como tal não poderíamos estar de acordo.

Em relação à terceira Moção da CDU Contra a Extinção do Transporte Público Fluvial na Trafaria, gostaríamos só de dizer o seguinte, antes de mais propor a votação ponto por ponto da parte deliberativa e temos sérios entraves, alguns considerandos que são feitos, principalmente do primeiro parágrafo, o qual não concordamos e temos uma opinião diferente, e estar a misturar uma questão nacional do Orçamento de Estado que todos nós somos legítimos de ter as nossas opiniões com uma situação tão importante como o transporte fluvial da Trafaria, que obviamente achamos que tem que continuar. Aqui fala-se mesmo na extinção, a informação que tivemos foi de redução, não sei se vai chegar ao ponto da extinção, mas da redução sabemos que é verdade, no entanto obviamente, acho que ninguém nesta Assembleia acredita e pode acreditar que isto poderá vir a acontecer, porque é fundamental ter o transporte fluvial na Trafaria. Moção quatro da CDU, vamos votar favoravelmente, apesar de algumas considerações que temos em relação, por exemplo ao ponto 3.6 que até nem compreendemos bem porquê esta alteração de designação do corredor Algés/Trafaria com solução exclusivamente rodoviária para reserva de espaço canal para eventual construção... Não sabemos porquê esta necessidade de afirmar isto.

Moção 5, sobre o Corte de Apoio à Companhia de Teatro de Almada, vamos votar a favor.

A Saudação eu penso que não vamos votar apesar de no final dizer que a Assembleia está com a luta dos trabalhadores, mas penso que isto não sendo votado reflecte a posição de um Partido que é a CDU, não a posição da Assembleia Municipal, ou quanto muito os eleitos da Assembleia Municipal da CDU, porque obviamente se for para ser votada também teremos considerandos a fazer.

Moção 7 do PSD, obviamente votamos a favor o mesmo em relação à Moção nº 8, Moção nº 9 vamos votar também favoravelmente à Recomendação do PS sobre as acessibilidades e os direitos para as pessoas portadoras de deficiência no Concelho de Almada. 10ª Moção sobre melhoria dos resultados dos alunos portugueses, vamos votar também favoravelmente, apesar de acharmos que não é com facilitismos que muitas vezes conseguimos melhores resultados.

Em relação ao Voto de Congratulação do PS sobre o Prémio Nobel, concordamos com a parte deliberativa e como tal também vamos votar a favor.

Moção do Bloco de Esquerda Contra a Violência Doméstica, concordamos, vamos votar favoravelmente, sendo um problema grave na nossa sociedade e transversal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Saudação ao Teatro Municipal, apesar de dizer Saudação, é uma Moção, porque tem parte deliberativa, concordamos e vamos votar favoravelmente. Defesa do Centro de Saúde da Costa da Caparica, não podíamos estar mais de acordo, por acaso é o da Costa da Caparica, mas infelizmente no nosso Concelho temos outros Centros de Saúde nas mesmas situações e com tendência a piorar.

15ª Moção, Por uma Loja do Cidadão no Concelho de Almada, votamos também favoravelmente, tendo aqui algumas reservas e gostaríamos também de poder falar sobre isto se vocês também assim o entenderem, também para perceber um pouco a vossa posição em relação a este assunto específico. Em relação a esta Moção obviamente que gostávamos de perceber melhor a posição da CDU em relação à Loja do Cidadão, isso também é importante para o nosso voto. Tendencialmente concordamos obviamente, mas gostávamos também de perceber melhor a vossa posição, até para termos a certeza do nosso próprio voto. E é isto, porque queremos que este assunto seja resolvido. E agora para esclarecer porque me foi feita essa pergunta, em relação à Moção do PSD e foi-me feita pelo nosso colega do Bloco de Esquerda, nós obviamente achamos que o edifício sede da EDP, a partir do momento que o do M Bica não pode ser, é o melhor sítio, vai trazer vida à Cidade e gostaríamos que fosse ali. Que fique claro, não temos uma terceira hipótese, gostaríamos que fosse ali e que fosse no edifício da EDP e que tivesse também obviamente o apoio da CMA.

Em relação à Moção do CDS-PP, concordamos inteiramente, achamos por bem que haja um reconhecimento de D. Sancho I na nossa Cidade, porque também nas outras Cidades vimos que há sempre um elogio por parte daqueles que tiveram uma atenção connosco mesmo sendo há vários séculos atrás, e há vários Municípios que fazem questão de publicitar quem é que lhes deu o Foral, qual foi o Rei. Explicar a história, porque é que tiveram o Foral, inclusive o documento do Foral é sempre um documento importante e que está nas bibliotecas e que é apresentado aos estudantes e divulgado.

Memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, obviamente que não podíamos concordar mais.

Moção de recomendação para terminar, totalmente a favor, foi uma iniciativa que surgiu por esta altura de crise e acho que ainda bem e vamos apoiar e levar isto para a frente, porque bem precisamos.

Muito obrigado a todos pela atenção."

6.1.20 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Eu permitia-me, já agora, chamar atenção que há uma proposta de alteração que foi apresentada pela CDU sobre a Moção do PS relativa ao Programa PISA, é uma proposta de alteração, esta proposta de alteração só será votada se for consentida pelos proponentes da Moção original.

A proposta da CDU entregue na Mesa é a seguinte:

Proposta de alteração à moção apresentada pelo PS

Melhoria dos Resultados dos Alunos Portugueses no Programa PISA 2009

A CDU entende que os considerandos da moção seleccionam cuidadosa, parcial e parcelarmente tópicos do conteúdo do relatório PISA, visando reunir apenas os factores positivos, com o objectivo de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

inferir a lauda e não a análise séria da situação em apreço. Considera-os assim irrelevantes, ou insuficientes.

Quanto ao conteúdo deliberativo da moção, apresenta a seguinte proposta de redacção:

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 16 de Dezembro de 2010:

- Congratula-se com esta importante melhoria de resultados nas competências aferidas (em contexto avaliativo tipo ranking), que não podem confundir-se com a avaliação do desempenho do sistema educativo em si mesmo;
- Saúda todos os intervenientes do processo educativo que tornaram tais progressos possíveis, essencialmente pelo trabalho dos professores, alunos e comunidade educativa;
- Afirma a necessidade de não se concretizarem no Orçamento de Estado para 2011 as medidas que obviamente colocarão em causa a continuidade destes resultados: redução global do orçamento com a educação em 11,2%, alterações curriculares como a eliminação do estudo acompanhado, redução de créditos horários às escolas para implementação das necessárias medidas de discriminação positiva, agravamento das condições de trabalho e de vínculos contratuais dos professores, entre outras.
- Considera que o relatório PISA deve ser cuidadosamente analisado, nomeadamente no que respeita às recomendações e avaliações menos positivas nele contidas no que respeita à política educativa portuguesa, com o objectivo de com ele aprender e melhorar."

6.1.21 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso a palavra para me pronunciar sobre o sentido do Grupo de Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almada.

Obviamente que há concordância generalizada sobre o texto da autoria de todos os Presidentes de Junta e apresentado pela Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e portanto nós votaremos a favor desse texto.

O segundo texto só sobre o OE para 2011, e relativamente a este texto gostava de deixar duas ou três considerações breves. Todos nós sabemos as dificuldades que atravessamos, dificuldades essas que radicam essencialmente numa situação de crise financeira internacional que atacou todo o mundo e forma muito marcada a Europa e os Estados Unidos. Portugal não é excepção e a situação que existe, que no fundo também tornou mais evidente alguns aspectos estruturais da sociedade portuguesa e da economia portuguesa, obriga Portugal a tomar um conjunto de medidas, nomeadamente medidas de saneamento financeiro e de consolidação orçamental, que são medidas duras, que são medidas que exigem dos portugueses muito, que exigem sacrifícios, que obviamente vão suscitar reacções negativas por parte de muitos sectores da sociedade portuguesa que são atingidos, mas que são absolutamente imprescindíveis, são necessárias e que o Governo tem de levar a cabo com determinação, no sentido de fazer prevalecer aqui o superior interesse do País, e portanto não podemos deixar de repudiar o conteúdo e os termos desta Moção que nega completamente esta realidade que eu referi.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O texto seguinte, sobre a extinção do transporte público fluvial na Trafaria, o Grupo de eleitos pelo Partido Socialista bate-se de forma inquestionável pela defesa e manutenção do transporte fluvial na Trafaria, e portanto votaremos a favor, embora queiramos deixar aqui uma pequena observação, não nos parece correcta a referência ao Secretário de Estado como defendendo o fim da carreira, há aqui um equívoco de qualquer modo não é isso que essencialmente está em causa e votaremos a favor do texto.

O texto seguinte, sobre o PROT-AML, também tem a ver com aspectos relacionados com o território da Trafaria, obviamente nós reafirmamos a posição que sempre foi a do Partido Socialista, de defender para a Trafaria uma vocação de qualidade ambiental e de progresso que não é compatível com a ideia de instalar ali um porto de contentores e portanto votaremos a favor desta Moção.

No que diz respeito aos textos apresentados sobre o Teatro de Almada há a referir o seguinte: obviamente que a qualidade da Companhia de Teatro e a qualidade do trabalho desenvolvido naquele espaço enche de orgulho os almadenses, é um património municipal que deve ser acarinhado, agora temos que perceber que no contexto de crise em que vivemos, no contexto de restrições, não faria sentido que qualquer actividade ficasse de fora. E portanto os sacrifícios têm de ser repartidos e também têm de incidir sobre esta esfera. Há aspectos outros para além dos de subsídio que podem e devem ser prosseguidos com mais empenho pelas Companhias de Teatro e nestes momentos esse tipo de esforço é a maneira necessária. E segue-se relativamente aos textos sobre o Teatro de Almada, embora com a ressalva desta homenagem que fazemos à qualidade do trabalho desenvolvido, não podemos concordar com os textos e votaremos contra.

Quanto à Saudação relacionada com a greve geral realizada, gostava de referir o seguinte, obviamente que a terminologia utilizada é uma terminologia que à partida nunca poderia receber a concordância do PS, mas não é só isso que está em causa, obviamente que o direito à greve é um direito inalienável dos trabalhadores portugueses. Os trabalhadores portugueses optaram através das suas organizações representativas optaram por convocar uma greve geral, estão no seu direito, fizeram-no, não há nada a referir sobre essa matéria. Mas obviamente ninguém acredita que a adesão tenha sido a que aqui se refere e que as consequências tenham sido as apontadas. Também é paradigmático de um determinado tipo de actuação que nós conhecemos muito bem, que todo o texto seja construído como se só houvesse uma Central Sindical e como se houvesse uma representação unicitária dos trabalhadores portugueses que como nós sabemos foi recusada em devido tempo e está lá afastada nos confins do passado.

Relativamente às Moções sobre a Loja do Cidadão, o Grupo de eleitos do Partido Socialista pensa que se deve frisar o essencial, e o essencial é que é importante, é urgente que este projecto se concretize. Entendemos que é imprescindível avançar. Almada já foi ultrapassada por vários municípios, dois municípios da Área Metropolitana próximos de nós apresentaram a candidatura posteriormente e já têm a Loja do Cidadão, e Almada continua a ficar para trás, e portanto há aqui necessidade de se assumir de forma clara esta prioridade, para que ela se concretize o mais rapidamente possível. É um ponto que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

penso que é partilhado por todas as bancadas, deve ser frisado aqui também, é que essa loja do cidadão deve concretizar-se no Centro de Almada, para se constituir como um factor de dinamização do Centro de Almada que tão carente está dessa mesma dinamização.

Quanto à Moção apresentada pelo PS sobre os resultados do Programa PISA, vamos lá ver, a CDU apresenta uma proposta de alteração da parte resolutiva que contraria completamente o espírito do texto apresentado pelo PS, o PS apresentou um objectivo absolutamente factual, inatacável desse ponto de vista da factualidade e na perspectiva do PS absolutamente passível de ser aprovado por toda a gente. A CDU apresenta um texto alternativo que contem uma série de inverdades que eu vou referir a seguir quais são, com uma terminologia completamente inaceitável para o Partido Socialista e portanto é um exercício que a CDU fez e teve o direito de o fazer mas que obviamente não pode ter a concordância do PS.

Comentando alguns dos aspectos referidos, obviamente que o Programa PISA não visa obviamente fazer uma avaliação do sistema educativo nas suas várias vertentes, o Programa PISA tem uma vocação inscrita, considera-se internacionalmente, este é um programa da OCDE, que há um conjunto de conhecimentos base sob os quais se constrói o conhecimento na sociedade actual. E essas bases assentam essencialmente na língua materna, na matemática e nas ciências. E portanto, aquilo que o Programa PISA estuda, o que o Programa PISA faz é verificar de três em três anos em que medida os jovens com quinze anos de idade atingem determinados patamares de conhecimento ao nível das competências nessas três áreas, e fá-lo de forma rigorosa, controlada, absolutamente segura desde dois mil até agora. Fez em dois mil, em dois mil e três, em dois mil e seis e em dois mil e nove. E portanto é possível comparar cada País com a sua própria história e é possível comparar os Países com os outros Países e de forma rigorosa, como referi. E nessa medida é importantíssimo que se saiba se cada País está a progredir relativamente a si próprio, se está a progredir relativamente a outro. E Portugal que em dois mil, em dois mil e três e em dois mil e seis, estava claramente na cauda dos países desenvolvidos, neste estudo cujo trabalho de campo foi realizado em dois mil e nove, está também claramente na média dos Países objecto de estudo. Não atingiu a média, mas está na média em termos estatísticos, quando se faz o apuramento dos resultados, faz-se a distribuição dos resultados em vários grupos, o grupo que se situa acima da média, o grupo daqueles que está na área da média e o grupo que está depois da média. E Portugal pela primeira vez situa-se nas três áreas de competência no grupo da média do estudo do PISA e portanto é um facto importantíssimo, um facto que obviamente só pode contentar, deixar felizes os portugueses, porque representa aqui as Escolas, os Professores, os Alunos que fizeram um esforço no sentido de melhorar as suas competências de base imprescindíveis e esse esforço é feito obviamente num País que registou um conjunto de alterações no sistema educativo que também são importantes. Aliás, no texto apresentado pela CDU, refere-se que há eliminação do estudo acompanhado em Portugal. Olhe que eu não conheço esta orientação, aliás o Ministério da Educação tem dito o contrário, portanto a CDU deve ter fontes que são desconhecidas da maior parte das pessoas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Fala-se na diminuição dos créditos para a implementação das medidas de discriminação positiva, também era importante ver a que é que se referem.

Agravamento das condições de trabalho e vínculos contratuais dos professores, não conheço nenhuma alteração.

Portanto, há aqui uma série de afirmações que são feitas como se fossem verdades e questões completamente consolidadas e aceites, quando de facto não correspondem à verdade.

Depois o último ponto então é a cereja no topo do bolo, diz a proposta apresentada pela CDU "considera que o Relatório PISA deve ser cuidadosamente analisado, nomeadamente no que respeita às recomendações e avaliações menos positivas nele contidas no que respeita à política educativa portuguesa, com o objectivo de com ele aprender e melhorar". Ora, o estudo contém um quadro em que são apreciadas de forma muito positiva todas as alterações significativas registadas no sistema educativo português.

A avaliação dos professores, a escola a tempo inteiro, as aulas de substituição, os novos agrupamentos de escolas, portanto o que o estudo PISA faz é uma avaliação muito positiva não só dos resultados alcançados pelos alunos, mas do que foi do caminho percorrido por Portugal em matéria de educação. Mas nós como quisemos apresentar uma Moção consensual não fizemos referência a isso. A CDU é que ao tentar negar o que é evidente, veio trazer aspectos à colação que eram desnecessários.

Relativamente à Moção sobre o Centro de Saúde da Costa da Caparica, obviamente estamos a favor, vamos votar a favor, embora os problemas que se vivem são problemas que não são fáceis de ultrapassar e que não são ultrapassáveis com meras exigências. Nos Centros de Saúde, para os Centros de Saúde funcionarem é necessário médicos, os médicos têm de ser formados em tempo de formação, nós sabemos que durante muito tempo o País desinvestiu na formação dos médicos. O PS no Governo tem aumentado as vagas nos cursos de medicina e tem avançado nesse sentido. Tem sido feito um esforço no sentido de contratação de médicos, nomeadamente criando situações excepcionais da contratação de aposentados, contratação de médicos provenientes de outros Países, portanto tudo tem sido feito no sentido de ultrapassar as circunstâncias existentes e pensamos que no fundamental isso tem sido conseguido e no que respeita à Moção portanto, nós teremos todo o gosto de votar a favor. São estas as considerações essenciais que penso que se devem fazer."

6.1.22 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também para esclarecer o sentido de voto da CDU, que votará favoravelmente como é óbvio a Saudação aos SMAS apresentada pelas Juntas de Freguesia e as três propostas do Bloco de Esquerda.

Não está de acordo com a votação ponto por ponto porque a proposta sobre a Trafaria, é um todo. Depois gostaríamos de clarificar, foi colocada aqui a questão relativamente à fixação do texto contra a extinção do transporte público fluvial da Trafaria, porque quando apresentámos a proposta houve aqui duas alterações ao texto e pelos vistos o Sr. Deputado Miguel Salvado não as leu assim, portanto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

haveria que clarificar o texto final. Mas agora pronunciar-me sobre as propostas que foram apresentadas pelas outras forças políticas.

Em relação à Loja do Cidadão há duas propostas, há a proposta da CDU que é a que nós defendemos e há a proposta do PSD que é aquela contra a qual iremos votar.

A crise serve para tudo e serve para desresponsabilizar o Poder Central onde o PSD partilha responsabilidades, esquece o Estado de Direito, que há Lei, portanto as responsabilidades em relação à Loja do Cidadão são inequivocamente definidas por uma resolução de um Conselho de Ministros, onde a contratualização de espaços necessários para acolher as Lojas e o tratamento de todos os procedimentos compete às entidades que estão na dependência do Poder Central. As Câmaras Municipais complementam, podem ajudar a resolver este problema. Todas as resoluções até agora tomadas por esta Assembleia vão nesse sentido. Quando o Sr. Deputado José Leitão do Partido Socialista diz que Almada foi ultrapassada, Almada não foi ultrapassada, Almada não foi respeitada, porque não é a cada Concelho, isto não é uma corrida de obstáculos, quem gere este País tem que ter a percepção onde são necessárias as Lojas do Cidadão, aqui são-no inequivocamente, e os órgãos locais Câmara e Assembleia participaram inequivocamente na construção da solução. Neste momento os argumentos apresentados pelo PSD são inaceitáveis e são inaceitáveis porque desde logo não respeitam a Lei, fazem o choradinho para que seja a Câmara não só a intervir nisto, mas a oferecer, a viabilizar a localização, se necessário que afecte uma verba ao orçamento, etc., etc.. Isto é de facto inaceitável. Depois há a questão da EDP, e a questão da EDP tal como nós colocamos na nossa Moção cite-se "é uma sociedade participada pelo Estado Português, que aliás é accionista de referência, trinta por cento, esta instituição pode e deve assumir um papel. Está ali um prédio devoluto que não está sequer a ser utilizado por uma empresa que pertence a todo o povo, que foi privatizada, que tem lucros fenomenais e que não quer ceder no Centro de Almada uma instalação para se criar a Loja do Cidadão. E portanto entendam-se. Almada não é responsável por isto, nós fomos os primeiros a dizer que é urgente e necessária uma Loja do Cidadão em Almada e batemo-nos como ninguém para que isso acontecesse.

Relativamente à proposta de solidariedade e combate à pobreza apresentada pelo PSD e aliás depois na sequência disto, também embora o teor da proposta não seja exactamente o mesmo, travar o desperdício alimentar do CDS, aqui mais uma vez o que se verifica é que estas propostas e as duas do PSD são coincidentes nisto, afirmam várias coisas que são importantes e já estamos a ver os filmes que aí vêm. Portanto, a nível do Poder Central destroem-se estruturas, há uma política que é uma política que faz recuar direitos ao nível do século XIX, há uma política que põe Portugal na miséria em que encontra. Que cria níveis de pobreza cujos quarenta por cento dos pobres são trabalhadores e é neste contexto que querem lavar as mãos como Pilatos e querem instalar no País, em primeiro lugar uma claríssima e isto é repetido até à exaustão nas propostas que são apresentadas, em primeiro lugar a inevitabilidade desta crise, em segundo lugar a resignação perante as situações, há aqui expressões que vale a pena falar delas, é um combate sem fim que ultrapassa a nossa capacidade de resposta, um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aumento previsível descontrolado de pobreza e fome, é isto que nós vamos ter, e porque é que vamos ter? E qual é a nossa atitude? É aceitar isto? Não é obviamente, é lutar contra isto. E portanto faz-se um branqueamento de toda a política que levou a esta situação. E investe-se tudo no assistencialismo, porque solidariedade e assistencialismo não são a mesma coisa. Solidariedade com aqueles que precisam, solidariedade em termos sociais é uma coisa, estar a dar a sopa aos pobres, para manter tudo como está, e para que existam os Ferraris dos ricos e a sopa aos pobres que o Salazar dava. Falo de Salazar por uma coisa, na segunda-feira passada o Professor Adriano Moreira que foi Ministro de Salazar, no Programa Prós e Contras teve a certa altura esta posição de princípio, mais à esquerda tudo o que aqui está. Diz em primeiro lugar, que o primeiro de todos os direitos é o direito à vida e o segundo direito é o direito à dignidade da garantia da própria subsistência, o trabalho. E portanto põem as pessoas no desemprego, não permitem que trabalhem para a subsistência, e depois apresentam como única solução para Portugal a sopa dos pobres. É evidente que a Câmara Municipal de Almada, terminemos assim, para que não restem equívocos, porque a proposta do PSD ao fim ao cabo o que é que faz? Faz apenas isto "desafiamos a própria autarquia a continuar a persistir este papel solidário." Mas há dúvidas que persista? Afinal há um papel solidário da autarquia e o que pede é que continue a persistir. E depois diz que a grande resolução é que recomende à Câmara que continue a fazer o que fez, e se possível incremente, exactamente mais. A Câmara Municipal de Almada tem estruturas no Concelho com quem dialoga para resolver estes problemas num contexto correcto e é isso que deve defender-se e não esta proposta.

Relativamente à proposta do CDS sobre o desperdício alimentar o que nós temos a dizer é que há programas de intervenção a nível nacional, a nível do nosso Concelho existe o CLASA, onde estas questões são e devem ser tratadas, em Lisboa a Câmara não intervém directamente nisto, são os restaurantes com a ARESP que desenvolvem esta actividade. Por outro lado o que vem aqui proposto na alínea b), disponibilizar o conhecimento de necessidades sociais e alimentares das famílias carenciadas e pura e simplesmente ilegal, portanto o que nós aqui defendemos é não esta proposta, mas o que no âmbito do CLASA tem sido feito em Almada, com todas as entidades que estão envolvidas com a Câmara Municipal obviamente incluída.

Relativamente à proposta do Prémio Nobel da Paz que o PS apresenta, gostaria que se dispensassem de dizer mais uma vez que nós queremos fazer de Portugal uma nova China ou que os males que se passam aqui são da Coreia do Norte ou outras coisas que dizem quando lhes falta a imaginação ou quando não têm argumentos. Atentemos apenas nisto, de acordo com a vontade do criador do Prémio Alfredo Nobel, o Prémio Nobel da Paz deve distinguir a pessoa que tivesse feito a melhor ou maior acção pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de Tratados de Paz. É isto o Premio Nobel. Os actuais donos do Prémio Nobel, não é isto que têm feito, ou seja, não é a promoção da Paz e da Solidariedade entre os povos, mas têm manipulado o Prémio Nobel para intervir de acordo com interesses geo-estratégicos e outros que lhes interessa. Prémio Nobel da Paz já foi ganho por diversos Srs. da guerra, encontra-se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

descredibilizado, o próprio Presidente dos Estados Unidos que valha a verdade, tem sentido de humor, quando o recebeu o ano passado, a primeira coisa que disse é que estava a receber o prémio não pelo que tinha feito, mas era um incentivo ao que poderia vir a fazer. Isto diz tudo daquilo em que caiu o Prémio Nobel da Paz. E portanto, todas e outras quaisquer considerações quando o Partido Socialista está preocupado com os direitos humanos, nós também estamos em todo o lado do mundo e em primeiro lugar em Portugal. E com o código de trabalho e com as medidas que estão a ser tomadas agora, nós estamos em primeiríssimo lugar preocupados, não estamos a comparar Portugal nem com a China nem com os Estados Unidos, nem com a Coreia, nem com a França, estamos a falar de Portugal que é o nosso País onde os direitos humanos estão a ser seriamente atacados. E se a China é um capitalismo selvagem sempre o combatemos e estamos preocupadíssimos com as crescentes medidas de capitalismo selvagem em Portugal. Estes são os nossos problemas, votamos contra esta Moção.

Em relação à proposta que o Partido Socialista apresenta sobre os resultados do Programa PISA, não fossem as declarações públicas do Primeiro Ministro de Portugal e talvez esta proposta passasse. O PS teve o cuidado de colocar a proposta em que na parte resolutiva se congratula com esta importante melhoria de resultados e saúda todos os intervenientes no processo educativo, que tornaram tais progressos possíveis. Estamos de acordo, é impensável não saudar melhores resultados dos alunos portugueses. Não é isso que está em causa. O que está em causa e as fontes que eu aqui vou citar, foram todas recolhidas no Portal do Ministério da Educação, para que não restem dúvidas. Em primeiro lugar, o Primeiro Ministro de Portugal em declaração pública, ele é que falou e o Sr. Deputado do Partido Socialista que aqui interveio disse e explicou muito bem o que é o PISA e o que o PISA avalia, por isso mesmo é que nós quando o Primeiro Ministro de Portugal enaltece estes resultados numa propaganda despudorada dizendo ele, não disse o Sr. Deputado, não digo eu, mas disse o Primeiro Ministro que era o sistema educativo que estava em causa e falou de uma série de medidas, afirmou taxativamente que o sistema educativo que melhor combate a exclusão é o português, afirma o Secretário Geral da OCDE no documento que envia para saudar Portugal, que Portugal precisa de continuar a reduzir o abandono escolar e a taxa de retenção. Como é óbvio o Relatório é um Relatório equilibrado, o Relatório é um Relatório para se pensar, daí o quarto ponto da nossa proposta, para ser avaliado objectivamente. O Relatório não é um Relatório para fazer a propaganda política inacreditável que foi feita. Estes resultados só um atrasado mental é que pode acreditar que nestes resultados tão incorporados que como foi afirmado a avaliação dos Professores, e o próprio Secretário Geral da OCDE, isto coloca-nos problemas sérios de análise do Relatório e da Metodologia utilizada, diz que o novo sistema de avaliação de Professores foi um passo importante para melhorar o nível de responsabilização de tal e tal, e o que é que isto tem a ver com os resultados dos alunos portugueses no PISA avaliado em 2009, ano em que os Professores recusaram este sistema de avaliação de uma forma simplesca, anedótica, e caricata nem sequer foi aplicado. E como é que isto é causa desta consequência, como é que é causa desta consequência outras coisas como os agrupamentos escolares, como as aulas de substituição, isto é ridículo, nós votamos contra esta proposta não porque



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tenha havido resultados melhores e estamos contentes com eles, queremos saber porque é que aconteceram, queremos analisar as metodologias utilizadas, se foram as mesmas dos estudos anteriores, não desconfiamos mas queremos analisar o que lá está e sobretudo queremos confrontar esses resultados para saber quais as suas causas com as condições que não têm sido dadas às escolas para trabalhar mais e melhor. Há muito tempo que os professores nas escolas têm exigido ao Ministério da Educação condições para que Portugal não tivesse sido a vergonha que tem sido na cauda da Europa relativamente a estes resultados. Houve um progresso, é um progresso em ranking é um progresso comparativo, subimos quatro lugares, estamos a custo no nível médio, ainda bem que estamos e têm que ser avaliados, a nossa votação contra é contra a demagogia, contra a propaganda, e contra o facto de não estarem a ser estes dados tratados de uma forma científica, de uma forma critica, de uma forma politicamente correcta.

Quanto à homenagem a Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, Sá Carneiro foi nesta Assembleia Municipal sem qualquer dúvida a figura política que mais vezes foi homenageada em votos de pesar. As pessoas que aqui como eu estou há muitos anos sabem isto perfeitamente. Houve o acidente, houve a morte, houve um voto de pesar e nós votámos favoravelmente, o PSD entendeu durante dois ou três anos consecutivos, cada vez que a Assembleia coincidia mais ou menos com a data em que essa tragédia aconteceu, voltava a apresentar votos de pesar. A CDU votou a favor desses votos de pesar. A CDU votou o nome político com quem nunca concordou, para ter o nome na toponímia deste Concelho. E portanto, até que um dia a CDU diz acabou, porque não faz sentido, não faz sentido continuarmos ano após ano, década após década. As pessoas morrem são homenageadas quando se entende que é justo. E portanto, nós somos correctos. Nós temos a tolerância de aprovar votos de pesar mesmo reconhecendo a estreitura política das pessoas. Não fomos nós quem invocou documentos forjados pela PIDE, para enxovalhar a memória de mortos aqui há bem pouco tempo. E portanto o que nós temos a dizer a tudo isto é, basta relativamente a estes votos de pesar. Mas há ainda mais um facto relativamente ao modo como a Moção do CDS está apresentada. E que a Moção do CDS tem uma série de considerandos que a política está de rastos, que os políticos de hoje não são honestos, e peço desculpa mas vale a pena ler, a crescente desresponsabilização política das actuais elites e não fica ninguém de fora, suponho que nem os políticos do CDS. A presente crise de valores e depois como é que é resolvida? Portanto a bem da Nação nós precisamos de políticos íntegros e sérios e com fortes convicções e o exemplo dos políticos são Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Pois nós entendemos que hoje há políticos sérios e nós temos divergências políticas profundas com pessoas que sempre caracterizamos como defensores de uma política de direita e altamente prejudicial para o País e não somos hipócritas, e portanto isso são razões mais do que suficientes para acabar com estas conversas. Relativamente à proposta de mais acessibilidades para pessoas com deficiência em Almada, voltamos aqui à recaída de virem propor aquilo que está feito e tudo feito em Almada. Cada um dos pontos que o PS aqui apresenta, estão neste momento a ser integralmente construídos. O que importa referir é que o RUMA integra todas as normas regulamentares, existe uma entidade que funciona regularmente e onde



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

as questões de acessibilidades em termos da mobilidade são abordadas O Município de Almada há muito tempo que tem uma estrutura específica dedicada à problemática da deficiência, são oito linhas de entidades que nela participam, existem já no Concelho as passadeiras de peões que estão a ser construídas e continuarão a ser construídas, em 2011 vai ser desenvolvido um Plano Municipal para a Promoção das Acessibilidades, está no Plano RAMPA por aí fora. E portanto, era sobre isto que eu me queria pronunciar. Eu tenho alguma dificuldade em tomar esta proposta a sério, e portanto vou tentar, quando aparecem aqui expressões como o D. Sancho I, o que se pretende com este projecto não é reescrever a história nem tão pouco escamoteá-la, D. Sancho I com a sua luta e empenho dedicaram o seu trabalho ao bem estar das populações, quando no paragrafo seguinte, para mim misteriosa, peço desculpa mas nós sabemos muito tão pouco destas coisas não é verdade? Rejeitamos enaltecer sem esquecer e compreender o contexto elitista da época, mas também não pretendemos fazer juízos de valor. D. Sancho I, depois o que se diz a seguir é verdade, concedeu o primeiro Foral a Almada, foi na idade média, foi há oitocentos anos, num contexto que está historicamente estudado, e está historicamente estudado através de monografias publicadas em Almada e pelos historiadores mais consagrados deste País. O lugar de D. Sancho I na História de Portugal está definido, não é como o CDS pretende na primeira alínea da sua proposta que hoje aqui a Assembleia Municipal de Almada reconheça oficialmente o valor inequívoco da figura. E depois dá o nome de D. Sancho O para fomentar o turismo no Jardim de Almada. Está escrito, não estou a inventar. E finalmente propõe-se um concurso público para a estatua e propõe-se nesse concurso público, arte pública para enaltecer a imagem do Rei, mas nem nós que não somos monárquicos não insultamos a imagem de um Rei que deu um Foral a Almada fazendo um concurso público, arte em que concorrem as paróquias, as associações recreativas, as faculdades e as IPSS's, para termos uma estatua ao D. Sancho I, para poupar dinheiro por causa da crise. Votamos contra."

6.1.23 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como os tempos são outros, provavelmente do lado do Partido Comunista já não é uma cassete será um bul-runner, mas sucessivamente nesta Assembleia repete-se um discurso focalizado que parece sair das catacumbas soviéticas. Mas enfim. O que se passa é que o Partido Comunista nesta Assembleia sucessivamente, independentemente do mérito das propostas, rejeita sistematicamente aquilo que vem da oposição, e eu lamento profundamente este discurso, lamento profundamente que estes complexos ideológicos, que o tempo já devia ter deixado para trás, levem a posições como esta. levem a rejeitar propostas de mérito como aquela que visa reduzir o desperdício alimentar no Concelho de Almada, aquilo que poderia servir tantas famílias almadenses e que os Srs. rejeitam porque vem do CDS. É triste e lamentável, os almadenses darão o seu valor. E é também altamente lamentável que as únicas figuras que os Srs. acham que merecem reconhecimento sucessivo com direito a foice, martelo e estrela, nas placas toponímicas que não existe em mais lado nenhum, são as figuras dos comunistas, que têm direito a nome de jardins, a nome de praças, a nome de ruas, a nome de teatros, a nome de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

bibliotecas, homenagens públicas, a prémios de poesia, a concursos do mais diverso que seja. Portanto, o que estamos aqui a assistir hoje mais uma vez é uma manifestação de um comunismo que já não existe em mais País nenhum civilizado e que insiste, mas por pouco tempo, também estou certo, a manter-se aqui em Almada e por uma razão de ideologia, uma carga que só os Srs. vêem aquilo que é o mérito das propostas da oposição vai para o caixote do lixo imediatamente. Não há proposta que o CDS apresente que possa ser aprovada nesta Assembleia, já o percebemos, isso ficará convosco, independentemente do seu conteúdo descobrirão sempre alguma coisa com a cassete do costume.

Em relação ao último argumento, pois o concurso público se calhar evitaria o dinheiro bizarro que a Câmara Municipal de Almada gasta em encomendar obras de arte dita pública enferrujadas a militantes do Partido Comunista e portanto a dar a ganhar dinheiro aos seus. Ou se calhar até evitaria outras coisas tão bizarras, já não cabendo na arte como milhares de euros de refeições concessionadas a empresas de trezentos, e é assim que está a utilização do dinheiro público em Almada, e isso que se entenda, mas portanto tudo isto é um triste episódio. O Sr. Deputado Sérgio Taipas deu uma imagem tristíssima de uma maioria que vai deixar de o ser rapidamente, mas que está a fazer muito mal a Almada e aos almadenses."

6.1.24 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou referir algumas questões sobre algumas da Moções, não todas e começava pela saudação à greve geral. Dizer que o Bloco de Esquerda concorda com esta saudação, mas nós referimos que ela se encontra incompleta por não referir que a UGT também participou nesta greve geral. Foi um dos motivos que foi bastante noticiado, é a segunda vez que acontece em Portugal, as duas Centrais Sindicais em luta por melhores condições de vida para os trabalhadores, e nós achamos que esta Moção fica incompleta se não citar realmente que, é uma saudação à CGTP-IN e todo o movimento sindical onde se inclui a UGT. O BE acha que isso deveria ser referido, ou pelo menos nós deveríamos referir aqui. Isto não impede o voto favorável do Bloco de Esquerda nesta saudação, mas achamos que não faz sentido que esta saudação não reflecta realmente aquilo que aconteceu, até porque é a segunda vez desde o 25 de Abril que tal acontecimento foi registado.

Sobre a questão da solidariedade e combate à pobreza, do PSD, nós vemos nesta Moção uma boa intenção, e nós também achamos que a Câmara deve continuar e vai continuar com certeza, não vemos nenhuma questão contra esta Moção.

Já não dizemos o mesmo em relação à Moção que o CDS aqui apresenta em relação a esta matéria. Há um tipo de apoio que nós devemos dar a quem precisa, é que há um apoio que nós damos e não falamos nele, nós apoiamos as pessoas e não propagandamos que ajudamos, faz parte das pessoas que são altruístas, ajudar e não andar a fazer propaganda daquilo que se fez, porque as soluções têm que ser encontradas, não é dar as sobras daqueles que já têm o suficiente e com as sobras vamos ajudar a resolver os problemas dos outros, a caridadezinha que se cantava antes do 25 de Abril, vamos brincar à caridadezinha, festa canastra e boa comidinha, enfim não continuo, mas esse tipo de caridade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que nós não devemos fazer. Nós o que temos é que lutar para que as pessoas tenham direito ao emprego, tenham direito ao salário, elas possam comparar os alimentos que querem cozinhar, que façam os pratos que querem comer, este tipo de caridade faça-a quem quiser, quando quiser, como quiser, mas não faça propaganda disso. Por isso nós não temos a mínima simpatia por este tipo de ideia que está infelizmente a atravessar a nossa sociedade. No fundo estamos a dizer que a pobreza é uma coisa que sempre aconteceu, que sempre há-de acontecer, toda a vida houve pobres, toda a vida vai haver pobres, e o que nós temos é que ter os nossos pobres, já hoje ajudei o meu pobre como antigamente as pessoas diziam, o meu pobre ainda não veio cá hoje. Nós não estamos de acordo com esse espírito e contra ele nos rebelamos.

Sobre a questão de Sá Carneiro, nós vamos votar contra esta Moção, vamos votar contra porquê? Porque nós achamos que esta Moção até estava bem feita se as pessoas citadas fossem vivas mas que se tivessem afastado da política. Então agora nós fazíamos um apelo a que elas voltassem à actividade, então esta Moção adaptava-se bem a isso, só que infelizmente Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa não vão voltar. E portanto, o endeusamento que se quer fazer a Sá Carneiro, é curioso que as próprias pessoas do círculo de amigos e que conhecem Sá Carneiro de perto começam a desmistificar, eu no contexto de alguma pesquisa que fiz, fui descobrir os estudos angeográficos, eu disse, mas que raio de estudos são estes? Então são uns estudos do endeusamento, são os estudos que se fazem aos santos. E muita gente faz estudos angeográficos da figura de Sá Carneiro. Agora, Sá Carneiro não foi a figura pacificadora em que o tentam transformar. E não sou eu que digo, são as pessoas que conviveram de perto com Sá Carneiro, nomeadamente o Jornalista, que há poucos dias editou uma biografia de Sá Carneiro e diz ele que foi preciso ter o distanciamento e a frieza necessários para expurgar quaisquer indícios angeográficos, há um mito gigantesco à volta dele, não seria justo escrever um livro que mostrasse uma imagem de pureza que é irreal. No fundo Sá Carneiro foi um homem como outros tantos, lutou pelos seus ideais, alguns conseguiu atingir outros não. No fundo foi um Primeiro Ministro num prazo de tempo muito limitado, não chegou a ser Primeiro Ministro durante um ano, infelizmente o acidente ceifou-lhe a vida e não pôde fazer para cumprir uma promessa que foi dizer que se Eanes fosse eleito ele abandonava a política. Portanto, como Eanes ganhou as eleições, não foi Soares Carneiro, Soares Carneiro não conseguiu ganhar as eleições, portanto no fundo Sá Carneiro teria abandonado a política, porque não queria conviver com Eanes como Presidente da República. De facto o que se pretende aqui fazer com esta Moção, não colhe o apoio do Bloco de Esquerda e por isso vamos votar contra. E remetámos de facto para este Jornalista Miguel Pinheiro que é do círculo de amigos de Sá Carneiro, que refere, e termino por aqui, ele faz notar que o PSD transformou o antigo líder numa peça de mobília que pretende servir como o "ímã unificador". Olham para Sá Carneiro como um referencial de algo que nunca existiu nele, nem no Partido, não foi a figura unificadora em que hoje em dia o tentam transformar, Actualmente basta dizer o nome dele para toda a gente bater palmas, mas nunca foi assim desde o começo, desde ainda antes da criação do Partido, enfim e continua-se por



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aqui, isto são coisas públicas, eu digo isto para justificar o voto contrário do Bloco de Esquerda a esta Moção que aqui apresentaram."

6.1.25 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para fazer um ponto de situação do sentido de voto do Bloco de Esquerda.

Relativamente à Saudação aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, naturalmente que votaremos a favor.

A Moção/Deliberação sobre o Orçamento de Estado para 2011, naturalmente a favor.

Moção contra a extinção do transporte público fluvial da Trafaria, a favor; PROT-AML, a favor; sobre o Corte de apoio à Companhia de Teatro de Almada, naturalmente a favor; a Saudação com as ressalvas que já foram feitas, a favor.

Relativamente à Loja do Cidadão, de facto é urgente concretizar, mas de facto era importante termos aqui uma Moção do PSD realista, coisa que não é, não é realista por várias razões, não é realista sobretudo porque prevê que num espaço de um ano, menos provavelmente, se solucione um problema que há anos se arrasta no município sem seja imputável qualquer tipo de responsabilidade directa e exclusiva à Câmara Municipal de Almada, e neste sentido não a iremos votar contra, porque estamos em sintonia em termos de sentir, em termos de necessidade de trazermos a Loja do Cidadão para Almada, mas iremo-nos abster.

Relativamente à Solidariedade e Combate à Pobreza, este é um contributo para a coesão social. Concordamos com muitos dos pressupostos e dos considerandos que estão cá, naturalmente, mas ficamos no mínimo perplexos, no mínimo surpresos, como é que esta Moção é apresentada pelo PSD, e passo a citar: "com as novas medidas orçamentais, 2011 não será o ano de solução, mas sim do aumento previsível e descontrolado de pobreza e de fome." Foram os Srs. que escreveram isto? Foram os Srs. que na Assembleia da República viabilizaram este mesmo Orçamento. Foram os Srs., tal como o líder do PSD já o afirmou mais do que uma vez, que de parceria com o PS votaram o País, votaram os portugueses, há situação miserabilista que continuam a querer votar o País. No entanto temos um problema, no entanto concordamos com a parte deliberativa, porque a lemos como um incentivo a todo o trabalho que a Câmara Municipal de Almada tem feito neste sentido e porque temos uma leitura indissociável deste documento com um documento que já foi aprovado em sede de Câmara Municipal e que amanhã provavelmente terá o mesmo sentido de voto que é o Orçamento para o próximo ano. E de facto no Orçamento para o próximo ano, muitas das medidas que estão aqui propostas, muito do esforço que é aqui incentivado, já se encontra lá inscrito e portanto apesar de considerarmos um pouco descabida ou muito descabida, parte dos considerandos, vamos votar favoravelmente. No que concerne à recomendação sobre mais acessibilidades do PS, vamos votar favoravelmente; Sobre a melhoria dos resultados dos Alunos portugueses no Programa PISA, vamos votar favoravelmente porque vamo-nos cingir exclusivamente ao que está aqui, ou seja, congratulamo-nos com esta importante melhoria dos resultados, sim é positivo. Saudar todos os intervenientes, aqui não ficaria mal sublinhar nomeadamente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

os Professores, o corpo docente, os alunos e todos os auxiliares e acção educativa que permitem que tal seja possível. Mas votaremos favoravelmente. Relativamente ao Prémio Nobel da Paz, votamos favoravelmente, no entanto, é surpreendente o PS vir afirmar coisas como um regime em que a justiça não é mais do que um braço discricionário de um Estado colonizado por um Partido único, num país que encabeça ano após ano as listas de violação aos direitos humanos à escala global e à aplicação da pena de morte. "Mas a China é hoje também, a face mais visível de capitalismo selvático, de um tipo particular, ferreamente guiado e apoiado pelos aparelhos repressivos do Estado. Um capitalismo sem quaisquer direitos, de salários de miséria". E perplexos porquê? Não há muito tempo um Ministro do PS foi defender na China que nós Portugal éramos um País extraordinariamente competitivo porquê? Porque tínhamos salários baixos. Fantástico, o Ministro defendeu isto na China, mas mais, nós País que temos o primado dos direitos humanos, nós País que sabemos valorizar aqueles que defendem os direitos humanos, nós um País que sabemos apontar o dedo àqueles que como na China não cumprem os direitos humanos, nós esta semana fomos à China a pedir que nos comprassem dívida pública. Fantástico. E portanto, sim isto é verdade, sim nós vamos votar favoravelmente esta Moção, mas por amor de deus esta parte dos considerandos é bastante complicada de engolir.

Naturalmente as nossas Moções não me vou debruçar sobre elas. No que concerne à Moção da CDU sobre a Loja do Cidadão vamos votar favoravelmente; no que concerne às Moções do CDS-PP, é curioso e eu vou começar pela do D. Sancho I. A sede do Bloco de Esquerda em Almada está numa travessa com este nome, que fica perpendicular a uma Rua com este nome, em complementaridade com isto temos a memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa e em relação a isto permita-me só fazer uma pequena provocação de um Partido que é oposição o CDS-PP hoje teve um certo sebastianismo, trazer para o presente memórias passadas de um tempo que passou e que em nada resolveria os problemas de hoje. E portanto naturalmente iremos votar contra estas duas Moções. Por último, travar o desperdício alimentar. Fantástico. O que é proposto aqui não é travar o consumismo completamente selvático, selvagem e as práticas completamente descabidas das grandes superfícies e de uma série de outras actividades económicas, não! Porque esse desperdício não interessa travar, o que interessa é que esse desperdício e reparem bem a terminologia, desperdício, sinónimo de resto, não estamos a falar de excedentes, estamos a falar de desperdício seja atribuído a quem já nada tem, ainda tem o que é a sua dignidade. E portanto, estes desperdícios alimentares são aqui ditos que estão em perfeitas condições e até são se calhar avalizados pela ASAE, seriam entregues aos mais pobres dos pobres. Este existencialismo miserabilista e vergonhoso, e seria vergonhoso o Bloco de Esquerda votar favoravelmente esta Moção."

6.1.26 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Moura Salvado (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A bancada do Partido Socialista tem algumas observações a fazer às considerações que o Sr. Deputado da CDU fez a propósito da recomendação "Mais acessibilidades, mais direitos para as pessoas com deficiência em Almada" E esta nota que queria fazer muito brevemente, até porque as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ideias nesta noite poderão ficar um bocadinho congeladas e no caso do Sr. Deputado ficaram certamente um pouco tendentes para um certo esquecimento ou por uma certa confusão relativamente àquilo que leu, porque aquilo que leu certamente não é aquilo que aqui está escrito. Seria talvez bom que seguisse um pouco a linha de humildade com que a Sr.^a Presidente de Câmara até falou no início sobre esta matéria. Quando um dia tivermos um pouco mais de tempo podíamos discorrer sobre o que aqui está escrito efectivamente nestes sete pontos de recomendação e eu garanto-lhe que aquilo que aqui está escrito não existe no presente na Câmara Municipal de Almada. Poderíamos falar no Regimento Municipal de Urbanização a edifícios que normas sobre acessibilidade é que lá estão, podem haver algumas normas, mas poderemos classifica-las e poderemos avalia-las. Tudo o resto não existe. Aquilo que existe relativamente a um Conselho Consultivo quando esteve em causa a construção do metro, não é o que aqui está proposto, aqui está proposto um Conselho Consultivo permanente sobre mobilidade, não é sobre o metro de Almada. O que aqui está escrito sobre uma figura de Promotor Municipal dos direitos das pessoas com deficiência não tem nada a ver com o Grupo Concelhio que existe em Almada para a deficiência. No Grupo Concelhio que existe em Almada para a deficiência cuja actividade não conheço, mas podemos um dia vir até aqui conversar um pouco sobre isso e perceber o que é que se faz no âmbito desse Grupo, não tem nada a ver com o que aqui se tenta promover. Criar um serviço integrado nos serviços regulares da Câmara para atender o Cidadão ou o Munícipe com deficiência, não sei onde é que ele existe, porque em várias Câmaras do nosso País esse serviço existe, e está até disponível num sistema protocolar com Institutos Públicos. Criar passeadeiras acessíveis com contrastes de textura e cromática, não é a mesma coisa que criar passeadeiras simplesmente com uma rampinha. Não estamos a falar da mesma coisa. O site da Câmara Municipal rege-se por leis de acessibilidade, as que aqui estão? Não, Sr.^a Presidente de Câmara, não se rege, e portanto há que ser mais objectivo nas afirmações que se fazem, porque o Sr. Deputado, tão lúcido que é sempre nas suas ideias nas suas observações tem que tomar um pouco mais de atenção quando se fazem recomendações e não se fazem recomendações porque se quer chatear, não se fazem recomendações só porque faz sentido do outro lado e da oposição fazerem-se recomendações. Há determinados capítulos do desenvolvimento das nossas Cidades, em que se fazem recomendações porque se é atento a determinadas questões que muitas vezes são pormenores, pois são, para uma minoria, mas é uma minoria que é sistematicamente desrespeitada, e o que aqui se chama à atenção é precisamente para alguns detalhes que poderão ao longo dos tempos vir a ser melhorados e atenção que o Programa Rampa que agora vai começar a ser utilizado, também ele com sentido até de propaganda, atenção que ele foi criado precisamente pelo Governo, porque se não tivesse sido criado, muito provavelmente as Câmaras continuariam a passar ao lado precisamente destes assuntos e o que se vai fazer nesse programa rampa é apenas um plano, é um plano para ir precisamente mapear os problemas, vamos ver depois se a Câmara vai ser capaz de concretizar aquilo que vai diagnosticar e aquilo que vai diagnosticar em Almada é certamente muito. E portanto Sr. Deputado, eu gostaria que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pudesse rever as suas palavras porque não são efectivamente muito coincidentes com o que aqui está escrito."

6.1.27 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à Moção da Trafaria, apesar de tudo o que o Sr. Deputado disse, a nós o que nos preocupa é que haja transporte fluvial na Trafaria, que as pessoas continuem a ser servidas. Para nós a política e as politiquices que muitas vezes que a CDU nos traz não nos interessam, interessa-nos é que as pessoas tenham o transporte, por isso vamos continuar a votar favoravelmente, apesar de não concordarmos com os considerandos que lá estão e apesar de termos pedido a votação ponto por ponto. Sr. Deputado, eu a si só tenho que dizer o seguinte, Sr. Deputado é professor, penso que até já está reformado, retirado, mas professor uma vez professor para sempre, e eu hoje aqui assisti a uma verdadeira lição e uma brilhante lição de demagogia, uma lição do sectarismo, uma lição do que a gente considera estar ultrapassado, passadista. Agradeço e digo-lhe o seguinte, continue, continue e continuem, porque nós agradecemos e o País também agradece, porque deixando aqui só por tom de brincadeira, o Sr. Deputado a meio da sua intervenção pedia desculpas, nós desculpamos Sr. Deputado agora há uma coisa que eu tenho que dizer, até o pobre do D. Sancho I, do século XII, até o pobre do D. Sancho I provavelmente simpatizante do PCP e grande antifascista poderia ter uma estatua em Almada ao lado da Espiral da Paz, e os Cubos da Liberdade e aí sim, teríamos realmente um Concelho perfeito, porque só aqueles que o Sr. Deputado entende, só aqueles que o PCP acha é que têm direito a um lugar em Almada e um lugar de destaque. Há quatro anos foi prometido que Sá Carneiro e foi registado o nome de Adelino Amaro da Costa para uma rua em Almada, quatro anos que estamos à espera, foi-nos prometido numa rua do Polis e há quatro anos continuamos à espera, só homenageamos quando entendemos dever homenagear, palavras suas. Muito obrigado Sr. Deputado."

6.1.28 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Isabel Moura (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Sérgio Taipas o pior cego é o que não quer ver. O Sr. Deputado não conhece o contexto de emergência social que estamos a viver, não conhece os pobres, convido-o a vir comigo visitá-los, e tentar explicar a quem nada tem tudo aquilo que acabou de dizer. Tenha respeito que não mostrou aqui hoje com todas essas pessoas e sim este é o nosso conceito de solidariedade, em primeiro lugar e último ajudar as pessoas, estou farta de políticas quando se trata de ajudar os outros"

6.1.29 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma proposta de votação por pontos sobre o Projecto PROT-AML e sumária declaração em relação à Moção do PISA, porque tem dois considerandos que eu não sei se são propriamente de descartar daquilo que é o Relatório. Progredir porque estávamos muito em baixo, de facto a Coreia do Sul não progrediu porque está sempre no topo, Portugal compensa assimetrias, se calhar. Finlândia não compensa assimetrias porque não as tem, mas efectivamente eu não me detive nas outras áreas mas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tive na matemática e de facto o que aconteceu na melhoria dos resultados é que os alunos que eram muito fracos, passaram a fracos. Foi esse o grande impulso dos resultados em matemática do Relatório PISA em relação aos alunos portugueses, e eu não tenho a certeza se os muito fracos passarem a fracos é uma razão de satisfação."

6.1.30 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É apenas para ajudar a clarificar aqui algumas questões. Eu gostaria de deixar nota de que percebo esta iniciativa do PS relativamente à questão das acessibilidades, porque quer obviamente assinalar a iniciativa do Governo do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, portanto pretende reforçar a iniciativa do Governo e traz a esta Assembleia esta recomendação. Mas trata-se de uma recomendação, e como recomendação nós não precisamos dela, agradecemos, registamos aquilo que é dito, mas não precisamos e não precisamos porque de facto temos um trabalho, temos um trabalho desenvolvido em mãos e em perspectiva que Sr.^a Deputada com todo o respeito por aquilo que disse, mas que assume plenamente e vai muito para além do que aqui está. No nosso Concelho existe de facto um Grupo Concelhio de Idosos e um Grupo Concelhio para a Deficiência, e qualquer destes Grupos constituídos há muitos anos nomeadamente o dos idosos que vai para trinta anos, mais de vinte e cinco anos já tem e o Grupo Concelhio para a Deficiência têm um trabalho consequente, permanente e não é a Câmara é um conjunto alargado de entidades. Eu gostava de dizer por exemplo, no Grupo Concelhio para a Deficiência estão desde a Câmara Municipal, o Hospital Garcia de Orta, os Centros de Saúde, os Serviços da Segurança Social, o Centros de Emprego, a Associação Portuguesa de Deficientes, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos dos Cidadãos Deficientes Mentais; Associação de Cegos de Portugal; o Núcleo de Paralisia Cerebral de Almada/Seixal; a Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla; a Associação de Surdos Mudos do Concelho de Almada; a CERCISA; a GIRA; a Associação Rumo ao Futuro. E portanto nós temos de facto trabalho e trabalho permanente no âmbito destes grupos concelhios, com esta abrangência, mas porque temos esse trabalho o nosso próprio RUMA que o Regulamento Urbanístico do Municipal de Almada acolheu e nessas contribuições que vieram exactamente a esta problemática das acessibilidades mas também o trabalho concreto que vai sendo feito por participação de todos. Também era importante dizer que a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes não é uma coisa que tenha existido para o metro, existe e funciona em permanência e aborda todas as problemáticas que têm a ver com os transportes, com as acessibilidades e naturalmente também com as preocupações relativamente às pessoas com problemas de locomoção. Também aí são colocadas as questões que aquele amigo aqui veio trazer, porque felizmente é alargada a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, dos problemas da acessibilidade aos próprios transportes colectivos. E há uma procura naquilo que é imediato e que é possível resolver imediatamente de compromisso no sentido de ser resolvido e os alertas para que obviamente se estudem soluções para aquilo que não está resolvido como foi o caso hoje aqui trazido no que diz respeito ao Metro Sul do Tejo, é conhecido, está em cima da mesa, está sinalizado e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

veremos se há condições para vir a ser resolvido. Portanto a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes também existe, nós também estamos a instalar avisos sonoros nos semáforos é progressiva a implementação deste sistema ao nível da semaforização. Portanto, temos também um plano no que diz respeito ao rampamento dos passeios que progressivamente tem vindo a ser feito e também naquilo que são as passadeiras para peões. Claro que vamos progressivamente implementando. Quando foi aberto o concurso para o Programa Rampa se nós não tivéssemos trabalho feito, não tínhamos conseguido concorrer, e não tínhamos conseguido concorrer porque o tempo foi curto e foi em cima do Verão. E não restem aqui dúvidas Sr.^a Deputada, percebo que é uma pessoa sabedora desta problemática, tenho todo o gosto em dar-lhe este exemplar que aqui tenho em mão que corresponde exactamente á candidatura feita e verá que há aqui nomeadamente ao nível da metodologia de trabalho, uma metodologia muito avançada de envolvimento de todas as instituições, não só das instituições a nível local e nacional e das pessoas.

Desde logo a começar pela apresentação daquilo que se pretende fazer em iniciativa pública e depois várias etapas de trabalho, porque aquilo que era desejável é que este seja também um projecto muitíssimo participado por todos. E que seja um processo de trabalho também, que constitua um alerta a todos os cidadãos para a problemática da acessibilidade aos cidadãos com dificuldades de locomoção. Porque a sociedade como todos sabemos também precisa de ser sensibilizada para estes problemas, todos nós, toda a sociedade, e é isso que nós também pretendemos que daqui resulte. Por outro lado há um programa de compromisso, há um plano de acção, e portanto dizer que nós vamos fazer para depois não fazer nada, não gostei de ouvir isso da sua parte porque percebo que normalmente intervêm de uma outra forma. Mas é para fazer e está cá dito, e há o compromisso de um Plano de Acção para a implementação deste Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade. Mas repito, se não tivéssemos trabalho feito esta candidatura não tinha sido possível apresentar. E penso que o facto de ter sido aprovada, não foram todas aprovadas, o facto de ter sido aprovada é porque obviamente nela foi reconhecido mérito. Não é pelo dinheiro Sr.^a Deputada, é simbólico a candidatura são trezentos mil euros, é dinheiro, mas cinquenta por cento com certeza que a Câmara de Almada conseguia ter para gastar neste Plano que estava em desenvolvimento, portanto era assunto assumido pela nossa Câmara, aproveitamos, porque também quisemos prestigiar com a nossa intervenção e a nossa candidatura uma iniciativa do Governo."

6.2 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.

6.2.1 - A Moção/Saudação Saudação ao Conselho de Administração dos SMAS, apresentada pela Senhora Deputada Municipal Francisca Parreira, Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, em representação das Juntas de Freguesia, foi aprovada por unanimidade, com alteração na parte deliberativa.

6.2.2 - A Moção/Deliberação sobre o Orçamento de Estado para 2011, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês - CDU, foi aprovada por maioria, com vinte cinco votos a favor (dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e dos eleitos do BE), dezassete votos contra (de eleitos do PS e PSD inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes da Costa da Caparica e Trafaria).

6.2.3 - A Moção/Deliberação sobre a Extinção do Transporte Público Fluvial na Trafaria, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Augusto Oliveira - CDU, foi aprovada por unanimidade.

6.2.4 - A Moção/Deliberação sobre a Alteração ao PROT-AML e suas implicações no Concelho de Almada - Freguesia da Trafaria, apresentada pela Senhora Deputada Municipal Cristina Coelho - CDU, foi aprovada por maioria, com quarenta votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria; de eleitos do PSD, inclusive da representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; e dos eleitos do BE) e dois votos contra (dos eleitos do CDS-PP).

6.2.5 - A Moção/Deliberação sobre o Corte de Apoio à Companhia de Teatro de Almada, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas - CDU, foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; de eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, dos eleitos do BE e dos eleitos do CDS-PP) e nove votos contra (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria).

6.2.6 - A Moção/Deliberação de Saudação à Greve Geral, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Hélder Viegas - CDU, foi aprovada por maioria, com vinte cinco votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, e dos eleitos do BE) uma abstenção do eleito do PSD, Senhor António Salgueiro) e dezasseis votos contra (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, de eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e dos eleitos do CDS-PP).

6.2.7 - A Moção/Deliberação sobre a Loja do Cidadão, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado - PSD, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), três abstenções (dos eleitos do BE) e dezassete votos favor (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e dos eleitos do CDS-PP).

6.2.8 - A Moção/Deliberação sobre o Combate à Pobreza, apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ana Isabel Moura - PSD, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), e vinte votos favor (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, dos eleitos do BE e dos eleitos do CDS-PP).

6.2.9 - A Moção/Recomendação sobre as Acessibilidades para os Deficientes, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Aníbal Teixeira - PS, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), e vinte votos favor (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, dos eleitos do BE e dos eleitos do CDS-PP).

6.2.10 - A Moção/Recomendação sobre os Resultados dos Alunos do PISA, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Manuel Batista - PS e não tendo sido aceite pelos proponentes a consideração da proposta de alteração apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas da CDU e referida no ponto 6.1 e 6.1.20, foi o texto da Moção submetido a votação sendo rejeitada por maioria, com vinte e quatro votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e dos eleitos do CDS-PP), e dezoito votos favor (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e dos eleitos do BE).

6.2.11 - O Voto de Congratulação sobre o Prémio Nobel da Paz a Liu Xiaobo, apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço - PS, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), e vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, dos eleitos do BE e dos eleitos do CDS-PP).

6.2.12 - A Moção/Deliberação, sobre a Violência Doméstica, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Pereira - BE, foi aprovada por unanimidade.

6.2.13 - A Moção/Saudação à Companhia de Teatro de Almada, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Manuel Maria Braga - BE, foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; dos eleitos do PSD inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; dos eleitos do BE e dos eleitos do CDS-PP), e nove votos contra (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.2.14 - A Moção/Deliberação, sobre Centro de Saúde da Costa da Caparica, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Pires - BE, foi aprovada por unanimidade.

6.2.15 - A Moção/Deliberação sobre a Loja do Cidadão em Almada, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Francisco Guerreiro - CDU, foi aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; dos eleitos do PS inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do BE e dos eleitos do CDS-PP) e seis abstenções (dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica)

6.2.16 - A Moção/Deliberação sobre o Dar Lugar à História, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco - CDS-PP, foi rejeitada por maioria, com vinte e cinco votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; e dos eleitos do BE), e dezassete votos a favor (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria; dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e dos eleitos do CDS-PP).

6.2.17 - A Moção de Homenagem a Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Fernando Pena - CDS-PP, foi rejeitada por maioria, com vinte e cinco votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; e dos eleitos do BE), e dezassete votos a favor (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria; dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e dos eleitos do CDS-PP).

6.2.18 - A Moção/Recomendação sobre Desperdício Alimentar, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Fernando Pena - CDS-PP, foi rejeitada por maioria, com vinte e cinco votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; e dos eleitos do BE), e dezassete votos a favor (de eleitos do PS, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria; dos eleitos do PSD, inclusive a Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e dos eleitos do CDS-PP).

7 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na reunião da próxima noite.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José Sousa Matos, José Manuel Raposo Gonçalves, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Rita Madga



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pinheiro Oliveira, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, Nuno Filipe Miragaia Matias e Helena Maria Gomes Oliveira.

9- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Joana Fernandes, da Lusa, Senhor Fernando Fitas, do Notícias de Almada e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de trinta e nove Senhores Múncipes.

10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H15 do dia 17 de Dezembro de 2010.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____